

EI, EMPRESÁRIOS,
OLHA UM JEITO BOM
DE COMBATER A FOME:
PAGUEM DECENTEMENTE
SEUS EMPREGADOS!



BRASIL AGORA

ANO II Nº 49

18 A 31 DE OUTUBRO DE 1993

CR\$ 190,00

ABORTO

*O Brasil
finge que
é contra*

PÁGINA 6

PRÉVIA

*O PT escolhe
candidatos
a governador*

PÁGINAS 12 E 13

RÚSSIA

*A opção é
o espeto ou
a brasa*

PÁGINA 15



CINEMA

*A desesperança
de O Fugitivo*

PÁGINA 16



EDGAR VASQUES

CADÊ O RANGO DO POVO BRASILEIRO?

A comida que não está no prato do brasileiro é desperdiçada, exportada, perdida, roubada ou não produzida por falta de uma política adequada. A campanha contra a fome conseguirá vencer tudo isso?

PÁGINAS 7 A 11



DIÁLOGO

VEJA O EXEMPLO

Enquanto as elites proclamam o fim do socialismo, o que se observa é o aparecimento de um socialismo ainda mais vigoroso. Foi o que aconteceu recentemente na Polônia, com a vitória da Aliança Democrática de Esquerda e do Partido Camponês. O que comprova a nossa previsão: o capitalismo não oferece um projeto concreto para a sociedade.

O povo rejeitou o socialismo autoritário, mas não aceita o capitalismo. Entre o sonho capitalista e a utopia socialista, é preferível a segunda opção.

No Brasil, infelizmente, a sociedade não se desvencilhou dos resíduos autoritários. Gostaria de lembrar ainda que a colocação de Antônio Carlos Magalhães, o ACM, sobre uma possível fujimorização no Brasil, caso Lula ganhe as eleições, demonstra a incapacidade das nossas elites de aceitarem as regras do jogo democrático.

FRANCISCO G. DE OLIVEIRA
São Paulo, SP

MISTIFICAÇÃO NACIONAL

Em 1990, em Paris, o Tribunal Permanente dos Povos, constituído por juristas independentes de onze países, recriminou o governo brasileiro pelos danos causados aos povos indígenas, particularmente aos Yanomami.

A Constituição resguarda as terras dos índios e admite a exploração mineral, submetida caso a caso, à decisão do Congresso. Decorridos cinco anos, ainda não foram definidas, em legislação ordinária, as condições específicas em que a mineração possa ocorrer. É neste vazio legislativo e na omissão, impotência ou conivência dos poderes públicos que se intensifica o clima de faroeste na Amazônia.

Os defensores da mineração garimpeira ou empresarial em terras indígenas acumularam um variado arsenal de argumentos que, embora utilizados de acordo com as circunstâncias, revelam um traço comum: a idéia economicista e salvacionista de expandir, com urgência, a fronteira mineral na Amazônia, em nome do "interesse nacional". Nesta lógica, os índios são uma pedra no caminho.

A mistificação do interesse nacional é flagrante. Os mineraiis mais visados pelos grupos econômicos são o ouro e a cassiterita. No caso da cassiterita, o Brasil é um dos primeiros produtores e exportadores mundiais. Quanto ao ouro, o fenômeno é conhecido: empresários e donos de garimpo lideram legiões de homens que avançam sobre centenas de pontos da garimpagem na região. A produção de ouro é da ordem de 120 toneladas/ano, o equivalente a 1,5 bilhões de dólares. A metade da produção é contrabandeada, entrando depois no mercado negro e na bolsa de valores para especulação financeira. É este modelo que se pretende impor aos índios.

É claro que a ameaça aos índios Yanomami tem motivos concretos. Ela representa, talvez, o dilema mais esgarçado entre outros que a sociedade vive: civilização ou barbárie.

GERÔNICO ROCHA
São Paulo, SP

— Não haverá choque, nem dolarização, nem congelamento, nem prefixação, nem... nem... nem mais o quê mesmo, Fernando?



DIRETOR: MARKUS SOKOL. **EDITOR:** JOSÉ AMÉRICO DIAS. **EDITOR DE ARTE:** CACO BISOL. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOZO, MOLIZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETARIA:** ADELIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. **DIGITAÇÃO:** DENISE ROCHA. **COMPESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** FABIANO CIAMBRA, JOTA E SILVIA ROMERO. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FABIANO CIAMBRA. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO AITMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CELSO, CÍNTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MALUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HELIO SILVA, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCEBLID, JOÃO ANTONIO, JOÃO MACHADO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADARA, MITON FOGO, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAROH, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTILI, RUI FALCÃO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONCI, WLADIMIR POMAR. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220.7718/223.0959. FAX: (011) 222.7761. **ADMINISTRAÇÃO:** M^{te} AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, ANA MARIA ALVES (ASSINATURAS), GILBERTO GENESTRA (BANCO DE DADOS). **ASSINATURAS:** RIO DE JANEIRO: ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES (021)242.0793. **FORTALEZA:** JOSÉ VITAL (085)252.1992. **PORTO ALEGRE:** TALLES DA ROSA (051)221.7733. **BELEM:** RUI SANTANA, JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (091)224.8579. **BELO HORIZONTE:** ANTONIO BORGES (CEBOLA) (031)222.3735. **FLORIANÓPOLIS:** WOLNEY CHUCRE (0482) 23.5907. **EXPEDIÇÃO:** JOÃO A. GUEVARA. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSLÂNDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS

REVISÃO É GOLPE

Sou leitor assíduo do Brasil Agora, desde as suas primeiras edições. Gostaria de discordar do artigo publicado no nº 48 pelo nobre deputado José Genoíno do PT. Na seção de opinião, o deputado justifica porque é favorável à Revisão Constitucional.

O movimento sindical ligado à CUT e ao PT tem claro que a Constituição é algo digno de puxar a descarga do banheiro. No entanto, a falta de regulamentação depende do Congresso Nacional, onde V. Excia. convive com seus pares há mais de três anos. O que me espanta é não ter visto ainda que, devido à composição de forças, a reforma constitucional trará um retrocesso. Pelo fato de haver cerca de 200 empresários que são deputados.

V. Excia. acredita que os patrões vão defender o interesse dos trabalhadores na reforma constitucional? A grande verdade, senhor deputado, é que, se V. Excia. é realmente de esquerda, pensa que quanto pior melhor, e se for isso peço para lembrar que o povo da Etiópia está morrendo de fome e ainda não fez a revolução. A verdade é que nós temos dois montes de merda sob o nariz, tendo que optar com qual queremos ficar. Por isso digo: "ruim com ela, pior sem ela". Revisão é golpe sim.

APOLINÁRIO SABINO
Curitiba, PR

VÁRIOS GOLPES

A isenção de impostos de micro e pequenas empresas é mais uma demonstração de irresponsabilidade por parte dos senadores do Senado Federal que contemplaram o projeto do senador Elcio Alvares (PFL-ES). A metade das empresas no Brasil é dessa natureza. Muitas funcionam como departamentos terceirizados de oligopólios nacionais e multinacionais, como malharias, estúdios fotográficos, oficinas mecânicas, farmácias etc. O auge da liberdade é alcançado ainda com a isenção de fiscalização trabalhista.

Outra aberração é a nova lei eleitoral. Extremamente vulnerável ao nosso caldo cultural e produto dos que exercem as legislações, as câmaras municipais e o Congresso Nacional. O resultado é a sofisticação do poder econômico nos processos eleitorais. A não-inclusão da fidelidade partidária em votações no Congresso Nacional representa a manutenção das aberrações que são as trocas de legendas, sem que deputados percam o mandato, aplicando um verdadeiro golpe eleitoral.

TRAJANO GRÁCIA
Iratí, PR

ELOGIOS

Quero parabenizar todos vocês que fazem o Brasil Agora. O jornal traz matérias muito bem elaboradas e de interesse de todos os brasileiros. Coragem, destemor e amor à verdade são os atributos e as qualidades deste jornal. Cada edição traz novidades e nos dá a satisfação de ler tudo. Ao abordar assuntos nacionais e internacionais, este jornal sempre usa de muita propriedade e conhecimento. Que o jornal continue nessa linha, defendendo os nossos interesses e ajudando para que possamos ter uma imprensa livre e independente.

ADALBERTO GALINDO
São Paulo, SP

Não está dando pra ler a Folha? Leia Linha Direta.

ASSINE LINHA DIRETA

- Assinatura semestral (24 edições) CR\$ 970,00
- Assinatura anual CR\$ 1.850,00
- Assinatura de apoio CR\$ 2.200,00

Basta enviar ao PT/SP cheque nominal ao Linha Direta

Rua Conselheiro Nêbias, 1052 CEP 01203-002 Fone (011)223.7999

NOME _____
ENDEREÇO _____
CIDADE _____
FONE _____ UF _____ CEP _____

ASSINE BRASIL AGORA

SE PREFERIR,
ASSINE PELO

TELEFONE:

LIGUE GRÁTIS
0800-11.1300

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP Fones (011) 220.7718/223.0959

NOME _____
ENDEREÇO _____
CIDADE _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____
CARTÃO CRÉDITO: _____ VALIDADE: _____
Nº _____

CARTÕES: VISA, CREDICARD E AMERICAN EXPRESS

- Assinatura 12 edições CR\$ 2.100,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 3.960,00
- Assinatura de apoio (anual) CR\$ 6.200,00

A galinha dos ovos de ouro

A pesar de sua esmagadora maioria, os partidos pró-revisão esforçam-se para atrair o PT, PDT, PCdoB, PSB. Os grandes partidos querem que a esquerda participe para viabilizar uma revisão rápida, sem a obstrução que poderia jogá-la para meados de 94, quando o Congresso estaria sob maior pressão popular. Além disso, a participação da esquerda ajudaria a cooptar os segmentos da sociedade civil contrários à revisão. Por fim, a presença da esquerda é condição *sine qua non* para conferir legitimidade à revisão, como reconheceu o deputado Ibsen Pinheiro em entrevista ao **Estadão**. Sem contar que reduziria o potencial de denúncia e de desobediência civil.

Os revisionistas argumentam que, sem a esquerda, a revisão resultará numa Constituição muito conservadora. E prometem, em troca da participação,

um Regimento Interno mais tolerante com as minorias, uma pauta mínima que não toque nas cláusulas pétreas e nas conquistas sociais. Argumentos que contam com aliados no interior do PT, como o deputado José Genoíno (**Brasil Agora** 48), que é a favor da revisão.

Apesar de se definir como um "homem de partido", Genoíno atua nesta questão contra as posições do PT. Alguém pode achar que estamos exagerando. Afinal, Genoíno votou contra a revisão. Ocorre que um parlamentar, além de votar, *parlamenta*. Especialmente se for, como Genoíno, integrante do seletivo grupo de "formadores de opinião" do Congresso. E toda vez que parlamenta, Genoíno defende argumentos pró-revisão, o que antes facilitou a aprovação da revisão e agora dificulta a obstrução.

OS ARGUMENTOS. Genoíno considera que, "do ponto de vista legal", realizar a revisão agora "de forma nenhuma significa golpe ou estelionato". O problema, evidentemente, não é legal, mas político. Este Congresso quer realizar a revisão exatamente para golpear a candidatura Lula, através de inovações como a reeleição de presidente e governadores, o voto distrital, o fim dos dois turnos, o voto duplo. Golpe, também, contra o futuro governo Lula - que eles pretendem manietar através da redução da presença do Estado na economia ou de propostas como submeter a indicação dos ministros à aprovação do Senado.

Produto de intenções golpistas, a revisão vem sendo implementada de maneira também golpista. A realização de uma sessão sem quórum, o bombardeio da imprensa, a chantagem de empresários, políticos e militares - que dizem, em uníssono, "ou revisão, ou perturbações institucionais" - tudo isto

não passa de meios adequados a um fim inadequado.

Genoíno não percebe isto porque acredita que, "para que a transição do regime autoritário rumo à democracia se complete, a revisão deve ser feita". Para reforçar esta idéia, ele lista todos os "ingredientes conservadores e autoritários" contidos na Constituição. E vaticina: o adiamento da revisão implicará na "instabilidade" e na "paralisia do próximo governo" - argumento que lembra Sarney e Collor, para quem a Constituição tornava o país ingovernável. Ocorre que o PT é contra a revisão agora, não porque defenda a atual

Carta, mas por acreditar na correlação de forças deste Congresso, uma revisão a pioraria substancialmente.

Genoíno parece pensar que este Congresso é capaz de realizar alterações para melhor na Cons-

tituição. Argumento que não deve espantar quem conhece sua opinião acerca do que deve ser revisto. Por exemplo, a ordem econômica, que na opinião do deputado "restringe investimentos de capitais estrangeiros" - babaquice repetida até o cansaço pelos *lobbies* empresariais.

Defensor da revisão - já e de mudanças que coincidem, em pontos importantes, com interesses empresariais, Genoíno é crítico da tática obstrucionista. Esta atitude lhe garante precioso espaço na grande imprensa - especialmente na *Folha* -, nos programas de TV e rádio, onde sempre faz questão de ressaltar: "Considero legítima a posição de meu partido, mas..."

Contra seus críticos, que exigem pelo menos solidariedade à posição do PT, Genoíno se declara "ameaçado" pelos "fiscais do direito de opinião", que querem proibir as pessoas de "pensar e dizer o que pensam", "vigias da pureza", "conspiradores", "profissionais da intriga", adeptos de uma "mistura de patrulhamento ideológico com intolerância e intransigência".

Desde quando encabeçava o Partido Revolucionário Comunista até hoje, na direita do PT, Genoíno continua considerando qualquer crítica a suas atitudes um atentado à liberdade de opinião. Talvez no PT de seus sonhos, a maioria do partido não deva opinar sobre nada, decidir sobre nada, votar sobre nada - porque o exercício da democracia pode constranger a minoria.

Paradoxalmente, se isso algum dia acontecer, estará morta a galinha dos ovos de ouro que garante a Genoíno o generoso espaço que a imprensa lhe dedica para atacar o seu partido.

* VALTER POMAR é da Executiva Estadual do PT-SP

A revisão da Constituição tem uma meta que só Genoíno não vê: golpear a candidatura Lula e seu provável governo.

-DARIA PRA DEFENDER A MINHA TRADIÇÃO, A MINHA FAMÍLIA E A MINHA PROPRIEDADE?



OPINIÃO
JOSÉ GOMES *

Unificação das polícias

Conceder ao policial militar o direito legítimo de exercer a sua cidadania é o primeiro passo para qualificar o serviço de segurança no país. A cada dia se torna mais evidente que os atos de violência praticados pela PM - chacinas do Carandiru, Candelária e Vigário Geral - têm uma relação direta não só com todas as dificuldades sócio-econômicas que afetam estes e outros trabalhadores do país, mas também com o tipo de formação e treinamento que recebem os soldados.

O I Congresso Nacional de Entidades de Praças, ocorrido em agosto, revelou que a violação da cidadania inicia dentro dos quartéis, antes do policial ir para a rua. Apesar de ter sido suficiente para chocar a população, é preciso que a sociedade saiba que o ritual de humilhações nas formaturas - denunciado no I Congresso, pela Associação de Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul e agora pelo Movimento de Direitos Humanos, também do Rio Grande do Sul - representa apenas um lado da realidade dos batalhões, onde os PMs estão subordinados a estatutos e regulamentos idealizados com base na Doutrina de Segurança Nacional pelos governos ditatoriais.

HIERARQUIA. A Procuradoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul chegou a contestar a constitucionalidade de alguns artigos do Estatuto e do Regulamento Disciplinar da Brigada Militar (como é chamada a Polícia Militar do Sul). Dentre estes, o artigo 12, parágrafo 3º do Estatuto, amplamente utilizado pelo comando para aplicar punições. Diz o artigo: "A disciplina militar e o respeito à hierarquia militar devem ser mantidas em todas

as circunstâncias da vida". Ou seja, nem a vida do próprio soldado impõe limites para o cumprimento da ordem. Mas os exemplos não param aí. Também está previsto nos estatutos que o praça deve pedir permissão ao comando para recorrer ao Judiciário na defesa de seus interesses, num claro cerceamento a um direito fundamental do cidadão.

E mais absurdo ainda, está previsto que o PM deve ser punido e preso se estiver inadimplente com alguma dívida, seja ela qualquer. Aliás, basta que qualquer pessoa vá ao quartel e diga que um dos praças está em débito para que o PM seja punido. O regulamento diz que o depoimento verbal é

suficiente para comprovar a dívida, o que reflete um entendimento subjetivo nas obrigações, pois dá à moral o mesmo peso do direito.

O serviço de segurança pública deve ser encarado como qualquer outro prestado pelo Estado num regime democrático, sujeito ao controle da população e dos próprios trabalhadores do setor. Para isto é necessário que as entidades organizadas, sindicatos, associações e os próprios policiais, enfim, a sociedade, construam um modelo de segurança pública para o país.

Aprovar o projeto do deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP), que propõe a desmilitarização e unificação das polícias é um passo importante. Só assim a polícia compreenderá que está nas ruas para proteger, não para exterminar.

JOSÉ GOMES é vereador pelo PT em Porto Alegre e vice-presidente da Associação de Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul. Foi soldado da Brigada Militar.

CADÊ NOSSO RANGO?

A fome tem sido um dos temas mais populares no Brasil no ano de 1993. Nossa reportagem de capa, nas páginas 7, 8, 9, 10 e 11 desta edição, procura ir além do debate sobre a campanha coordenada pelo Betinho. Discute as contradições e desvios das políticas (ou anti-políticas) nacionais de produção agrícola, abastecimento e armazenagem que vigoram em nosso país. O título de nossa capa - *Cadê o rango do povo brasileiro?* - é a pergunta que deve ser feita por todos aqueles que se propõem a pensar o Brasil de uma maneira diferente da visão retrógrada de nossas elites. O uso do termo popular *rango* como sinônimo de comida é uma homenagem do **Brasil Agora** ao cartunista Edgar Vasques, entrevistado neste número, criador do inesquecível personagem *Rango*, símbolo da campanha contra a fome em Porto Alegre.

O EDITOR

Feijão com arroz à FHC

O ministro da Fazenda preparou o pacote, mas voltou atrás. Agora repete a ladainha do FMI.

Os analistas políticos que se acostumaram a ver no PSDB um partido muito pouco disposto a romper com os velhos hábitos das elites brasileiras puderam contar mais uma vez, na última quinzena, com o testemunho sólido dos fatos. Durante alguns dias os principais dirigentes dos tucanos, e em especial a equipe econômica do presidente Itamar Franco, estiveram na iminência de desencadear um programa de combate à inflação que podia não atender aos interesses dos trabalhadores - mas fugia da velha receita ortodoxa de elevar os juros, arrochar ainda mais os investimentos públicos e entregar as estatais.

Uma série de pressões internas, e em particular uma reviravolta na atitude dos credores e do FMI frente à renegociação da dívida externa, abalaram no entanto os ânimos e a disposição do partido. Posto contra a parede, o ministro Fernando Henrique Cardoso comandou o recuo e parecia, em meados de 15 de outubro, oscilar entre duas alternativas igualmente perversas. Ou tentava manter por mais algum tempo a tentativa de segurar os preços através de uma política econômica "feijão com arroz", ou partia para um conjunto de medidas que tenderia a aprofundar o "desmanche" do Estado brasileiro, e a penalizar os mais humildes.

PACOTE NA BAGAGEM. Os sinais de que um pacote econômico de algum modo estava prestes a ser lançado chegaram ao ápice no dia 24 de setembro. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, viajou para Washington, onde participaria da reunião anual conjunta do FMI e do Banco Mundial, anunciando que levava na bagagem "o esqueleto" de um programa de "desindexação".

Na rotina de submeter aos organismos que gerenciam as finanças internacionais os projetos para a economia brasileira não havia por certo novidade. A idéia de "desindexar" - ou impor limites à ação das forças que formam os preços no Brasil - não combinava no entanto com um dos dogmas do pensamento neoliberal: o que rejeita qualquer intervenção do Estado na economia. Todas as especulações indicavam que o PSDB procuraria servir-se do virtual controle que exerce sobre a área econômica do governo Itamar Franco para deflagrar um programa capaz de ressuscitar as chances do "centro" - a "terceira via" na sucessão presidencial. O principal instrumento para tanto, prosseguiram as especulações, era adotar algum tipo de "âncora" cambial para a economia.

A IDÉIA DA ÂNCORA. Ao invés



Receita velha: entrega de estatais e arrocho brutal de investimentos

de seguir as velhas receitas da ortodoxia liberal, o governo tiraria do baú uma nova, capaz de criar pelo menos durante alguns meses - se possível até as vésperas das eleições - a sensação de que a economia voltava a andar para a frente, e os níveis de consumo de parte da população ensaiavam uma retomada.

Embora tenha-se especulado sobre diversos tipos de "âncoras", a idéia consistia essencialmente em fixar com antecedência as cotações do dólar, e fazer com que elas crescessem menos que a inflação.

Era possível, acreditava-se, que pressionados pela concorrência dos produtos com preços fixados em dólar todos os demais passassem a subir menos. A desvalorização do dólar também acabaria ampliando as importações, agora mais baratas, e restringindo um pouco as exportações, encarecidas por um cruzeiro valorizado. A capacidade de consumo do conjunto da economia iria se ampliar.

Na arena política, um movimento de grande envergadura dava respaldo à boataria a respeito do choque. A partir do dia 24 de setembro o deputado José Serra, líder dos tucanos na Câmara dos Deputados, passou a divergir abertamente dos planos fixados pelos partidos de direita - em especial o PFL - para a revisão constitucional.

Serra pretendia que a reforma da Carta ficasse restrita a uma pauta mínima, e se possível fixada por consenso. Todos os temas polêmicos seriam transferidos para 1995, depois das eleições.

A equação que permitia entender esse conjunto de episódios era clara. Ao PSDB, e ao PMDB em menor medida, a revisão não era um bom negócio.

Ela tende a reduzir a importância do Executivo, onde estes partidos estão firmemente alojados, e a projetar o Congresso Nacional, onde o PPR e o PFL defendem com muito maior desenvoltura as teses que interessam às elites. Se, no entanto, a revisão não ocorresse, ou ficasse limitada a temas menores, e se o Palácio do Planalto lançasse um programa de combate à inflação com chances de sucesso, os holofotes da política se voltariam com certeza para o governo, e para seus integrantes mais destacados. As possibilidades de um pacote eram tão grandes por volta do dia 24 que mesmo o jornalista Jânio de Freitas, sempre prudente, previu: havia cerca de 50% de chances do ministro da Fazenda *faltar* à reunião do FMI, e permanecer no país para anunciar pessoalmente as medidas.

PRESSÕES DO FUNDO. Os prognósticos por algum moti-

vo não se concretizaram. O ministro da Fazenda embarcou dia 25 para Washington, e passou a ser alvo de um conjunto de pressões. Meses antes os bancos estrangeiros da dívida externa haviam garantido que concordavam em renegociar os débitos do Brasil *sem o aval* do FMI. Na reunião anual do Fundo eles endureceram. Para concluir a renegociação, anunciou abertamente no dia 28 William Rhodes, vice-presidente do Citibank, e presidente do cartel de bancos credores, era necessário o "OK" do Fundo. Para concedê-lo, o FMI reivindicava, como sempre, o "direito" de monitorar a economia brasileira.

Da capital dos EUA o ministro da Fazenda e o presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, que o acompanhava, haviam passado a comandar uma ofensiva para que os tucanos derrotassem a posição do deputado José Serra, e apoiassem sem ressalva a revisão constitucional. No mesmo dia 28, Tasso desembarcava em Brasília com um recado para a executiva nacional dos tucanos: se o partido não mudasse de posição, o ministro Fernando Henrique estava decidido a renunciar. Fontes seguras do PSDB relataram ao correspondente de **Brasil Agora** em Brasília, Antônio Carlos Queiroz, que a chantagem foi decisiva para reverter a postura do partido.

O ministro da Fazenda acabaria permanecendo por mais de uma semana em Washington, e faria a partir de lá declarações bombásticas sobre a economia brasileira. O sentido agora era de submissão completa às teses neoliberais. Para acabar com a inflação "a hora é agora, e o prazo é já", disse ele no dia 28. Anunciou então que pretendia retirar do Congresso o projeto de Orçamento da União para 94, já em tramitação, e promover um arrocho inédito sobre os investimentos públicos. Afirmou que o corte chegaria a 25 bilhões de dólares.

ARROCHO E PRIVATIZAÇÃO.

As concessões não ficaram por aí. FHC prometeu também ampliar o programa de privatizações. Em 13 de outubro, quando fechávamos esta edição, duas mudanças-chave, pareciam estar decididas. O governo daria um calote em suas dívidas bilionárias junto ao FGTS, e tentaria obrigar os trabalhadores a aceitar, ao invés das somas de que são credores, ações das empresas privatizadas. Além disso, ao menos parte das usinas hidrelétricas de propriedade estatal seriam entregues à iniciativa privada. O processo, vinham denunciando há meses os sindicatos da área e até mesmo as empresas estaduais de energia, ameaçava *sucatear* o setor elétrico brasileiro, ou então multiplicar por dois as atuais tarifas.

A capitulação às exigências do Fundo ajudou a viabilizar o início da revisão constitucional, foi celebrada pela direita e aumentou as chances de uma nova maré de medidas neoliberais no plano econômico. Como costuma ocorrer nesses casos, no entanto, as forças que cederam não parecem ter alcançado nenhum ganho político expressivo. Em 30 de setembro, Fernando Henrique perdia um de seus auxiliares mais respeitados. Aurélio Nonô Valença, secretário de Orçamento Federal do ministério demitiu-se, depois de prever que os cortes pretendidos pelo ministro implicariam em "quebrar uns 4 mil municípios" e de frisar: "Os ares de Washington devem ter feito mal a esse pessoal". Na mesma semana o líder do governo na Câmara, Roberto Freire, lançou uma bateria de críticas mais ou menos explícitas contra Fernando Henrique. Em 12 de outubro, os jornais especulavam que o presidente Itamar Franco estava disposto a convocar uma nova reunião de ministros e líderes no Legislativo. Estava, diziam os boatos, cada vez mais agastado diante das indefinições de seus assessores e da falta de resultados da política econômica de seu próprio governo.

RENÚNCIA DE RECEITAS NA PRIVATIZAÇÃO

Através da instrução normativa nº 92, da Receita Federal, expedida em outubro de 1991, o governo renunciou graciosamente a uma receita de cerca de um bilhão de dólares. Acontece que, no processo de privatização, o governo aceita pelo valor de face títulos públicos adquiridos geralmente por trinta por cento daquele valor.

O parecer da Receita, que deu base à Instrução Normativa nº 92, comete o malabarismo de tentar provar que não há lucro numa operação em que se compra um papel por 30 cruzeiros e se vende o mesmo papel por 100 cruzeiros.

Esta operação de renúncia de receitas fica ainda

mais curiosa quando se considera que ela foi viabilizada através de um mera Instrução da Receita Federal, em aberto desrespeito ao parágrafo 6º do artigo 150 da Constituição, que estabelece que qualquer anistia ou renúncia de receita só poder ser feita através de lei específica.

O deputado Jaques Wagner (PT-BA) representou junto à Procuradoria Geral da República contra esta ilegalidade, que está sendo chamada de "isenção podre" pelos próprios técnicos da Receita Federal. Este episódio é mais um escândalo dentro da orgia geral que é a privatização.

ATHOS PEREIRA
de Brasília

ANTÔNIO MARTINS

A batalha do regimento

Garantida a reforma, os conservadores tentam armar um rolo compressor contra a esquerda.

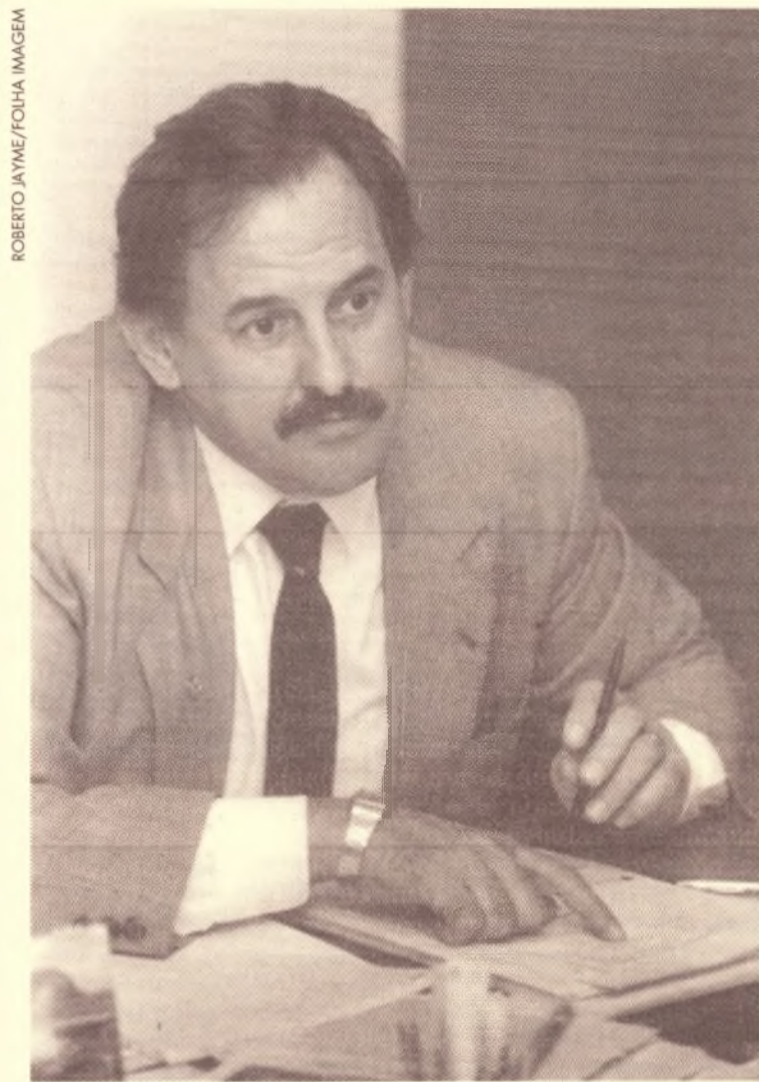
A revisão constitucional poderia ter naufragado, mas não foi o que aconteceu. Do outro lado dos que defendem a Constituição de 1988 faltou mobilização, faltou gente nas ruas. Já os revisionistas conseguiram superar divergências e reaglutinar as forças. Dia 6 de outubro, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado que é incompetente para julgar questões atinentes aos regimentos do Congresso nacional, o senador Humberto Lucena instalou a chamada Câmara Revisional ou Congresso Revisor.

Passava das 21h00. Os parlamentares em plenário, uns poucos gatos pingados, não garantiriam o quorum mínimo se a sessão fosse ordinária. Mas a sessão não era ordinária, oficialmente era "solene", sem exigência de quorum. Não houve ali nenhuma "solenidade", nenhuma pompa, houve, sim, a arrogância de quem tem a maioria e com ela passa o rolo compressor sobre as minorias. Apenas dois deputados considerados de "esquerda" festejavam a melancólica festa: Paulo Delgado e José Genoíno, do PT, sentados à esquerda e à direita do virtual relator da revisão, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

O projeto do regimento interno do Congresso Revisor só seria lido no dia 13, após o feriado do Dia das Crianças. Depois desta sessão, as lideranças dos partidos de esquerda, encontraram-se com o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e reafirmaram que não farão papel de "cereja no bolo": recusam-se a participar da aprovação de um regimento que legalize o rolo compressor dos partidos de centro e de direita contra a esquerda.

O cooptador Ibsen, um dos comandantes da tropa de choque da revisão acabou assumindo o papel de relator do projeto de regimento. Coube a ele, também, a tarefa de atrair os "contras", como foram apelidados pela Folha de São Paulo os partidos contrários à revisão. Segundo o raciocínio pragmático-responsável de Ibsen, "se o problema deles (os partidos de esquerda) for o quorum, podemos rever. Sou o relator do entendimento".

A questão do quorum ce uma das pedras de toque do projeto de regimento de Nelson Jobim, concebido para que 117 parlamentares - isto é, as bancadas do PMDB e do PFL - façam a revisão sozinhos. O número de parlamentares dos partidos de esquerda não passa de 93. Segundo o projeto Jobim, 117 parlamentares podem requerer preferência para votação de qualquer matéria e podem solicitar a urgência urgentíssima para votação de qualquer assunto. Ou seja, podem organizar a ordem do dia de acordo com as suas conveniências. A justificativa dos jobinistas é que,



Jobim: relator da Revisão

com esse quorum, as esquerdas estariam impossibilitadas de fazer obstrução.

ROLO COMPRESSOR. Além da questão do regimento, dois outros pontos deverão ser motivo de batalhas acirradas: o voto dos senadores e o rito sumário. A questão do voto dos senadores, que, segundo o desejo dos revisionistas, valeria tanto quanto o dos deputados na sessão unicameral do Congresso Revisor, foi levantada pelo senador e jurista Josaphat Marinho (BA). Segundo Marinho, o único pefelista contrário à revisão, a unicameralidade do Congresso Revisor deveria tomar em separado os votos dos deputados e dos senadores e, além do mais, em dois turnos. Fazer como querem os revisionistas, diz o parlamentar baiano, fere uma das cláusulas pétreas previstas no artigo 60 da Constituição, que não admite emendas que tendam a abolir o sistema federativo vigente. Diluir o voto dos senadores seria desprezar o status deles, que

representam o povo. Toda esta pendenga deverá ser discutida junto ao Supremo Tribunal Federal. Os líderes da esquerda já anunciaram a pretensão de ingressar no STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando a interpretação da tropa de choque revisionista.

RITO SUMÁRIO. O outro problema é o do rito sumário, pelo qual as emendas seriam promulgadas assim que fossem sendo aprovadas. Josaphat Marinho argumenta que este rito é também inconstitucional. O senador Elcio Álvares (PFL-ES) declarou à imprensa que "a onda de rejeição" a este dispositivo "está crescendo muito no PFL".

O rito sumário interessa principalmente ao PMDB e ao PSDB, por ser um instrumento que permitiria a aprovação e execução do ajuste fiscal proposto pelo ministro Fernando Henrique Cardoso ainda este ano. Mas, segundo afirmou um colunista do *Estado* no dia 13 de outubro, este dispositivo estaria interessando ainda aos

ANTI-REVISIONISTAS DIZEM NÃO

Dois fatos relevantes marcaram, na primeira semana da revisão, o esforço dos partidos progressistas (PT, PDT, PCdoB, PSB, PSTU) para impedir a reforma reacionária da Carta. Pelo menos 5 mil pessoas (segundo a própria PM) participaram, no dia 5, de um ato público diante do Congresso, em defesa da Constituição. A grande imprensa escondeu o fato de seus leitores, ou então mentiu abertamente a eles. Isto É, por exemplo, afirmou que participaram apenas "150 militantes".

No mesmo dia, cerca de vinte líderes políticos dos partidos de esquerda e de entidades democráticas (Lula, Jair Meneguelli, João Amazonas, Miguel Arraes. Luiz Salomão líder do PDT e Roberto Battochio, presidente da OAB (entre outros) reuniram-se na casa do deputado Aldo Rebelo. Redigiram, sobre a revisão, a seguinte nota:

CONTRA A AVENTURA REVISIONISTA

"As direções e as lideranças do PDT, PT, PSB, PCdoB e PSTU, reunidas em Brasília, com a presença de diversas entidades nacionais, no dia do quinto aniversário da Constituição Federal, decidiram:

- 1) Denunciar à nação a forma arbitrária, ilegal e antidemocrática como está sendo conduzido o processo de revisão da Constituição;
- 2) Reafirmar a posição de não participar de qualquer negociação com vistas ao estabelecimento de agenda mínima, data de conclusão e do regimento interno ditatorial que se pretende impor;
- 3) Manter a articulação para ações conjuntas com a ABI, OAB, CNBB, UNE, UBES, CUT, as duas CGTs e outras entidades, com vistas a contestar judicialmente os atos praticados pela Mesa do Congresso Nacional à revelia do Regimento e da Constituição;
- 4) Intensificar, juntamente com estas entidades, o esclarecimento e a conseqüente mobilização da sociedade para barrar a aventura revisionista;
- 5) Propor a realização de um Encontro Nacional de governadores, prefeitos, parlamentares e personalidades democráticas em Brasília contra a revisão constitucional."

A.C.Q.

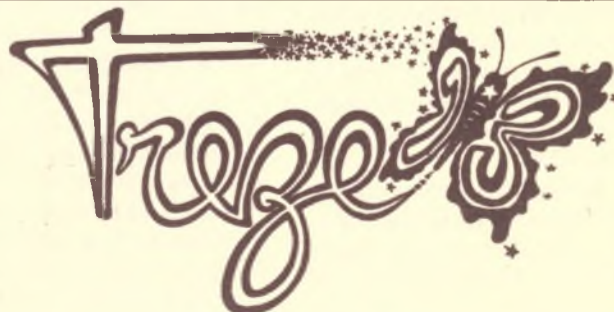
candidatos a cargos eletivos em 1994 que exercem funções executivas. Ou seja, governadores, ministros e secretários de Estado estariam estimulados a patrocinar na revisão a redução dos prazos de desincompatibilização para três meses (hoje são de seis meses), o que lhes garantiria uma vida mais longa nos atuais cargos de governo.

SEM POVO. Dois outros detalhes, entre tantos, deixam claro o caráter e os propósitos desta revisão constitucional. O primeiro: por decisão do senador Humberto Lucena, presidente do Congresso Revisor, e do deputado Inocêncio de Oliveira, presidente da Câmara, os trabalhos serão realizados com as galerias fechadas ao público, até que se construa uma estrutura de vidro, projetada por Oscar Niemeyer, para isolar as galerias do plenário. A estrutura, já chamada de "mordada de vidro", vai custar a bagatela de Cr\$ 16 milhões. O segundo: durante os trabalhos da Constituinte, em 1987, a juventude católica da

Áustria enviou um abaixo-assinado ao Congresso pedindo para que os direitos dos povos indígenas fossem contemplados na Carta em elaboração. A direita chiou qualificou o documento de "emenda austríaca", disse que estrangeiros estavam tentando influir na elaboração da Constituição brasileira. Agora, porém, a mesma direita não diz nada e até aplaude as emendas - emendas mesmo - assinadas por lobistas de transnacionais. No dia 13 a *Folha de S. Paulo* publicou a "emenda alemã", o conjunto de "sugestões" dos representantes de empresas alemãs sediadas no Brasil, que exigem a mudança de 15 artigos da Constituição. Entre elas, o fim de todos os monopólios estatais (petróleo, telecomunicações, minerais, nucleares, etc), o fim das "empresas brasileiras de capital nacional", o fim da proibição da participação do capital estrangeiro na assistência à saúde, etc.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

**MAIOR VARIEDADE E
MELHOR QUALIDADE
COM AS MELHORES
CONDIÇÕES DE
PAGAMENTO**



LOJA CDM - PT - SP

UMA LOJA PARA QUEM NÃO TEM MEDO DE SER FELIZ

RUA PEDRO TAQUES, 70 - CONSOLAÇÃO - SÃO PAULO/SP 01415-010 - FONE: (011) 37-6651 - FAX: (011) 258-5761

Proibido para quem não pode pagar

Com três milhões de abortos clandestinos por ano, o Brasil finge que é contra

O aborto poderá voltar à ordem do dia. Com a revisão constitucional, 1993 foi consagrado como o seu ano internacional e o dia 28 de setembro, o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta por sua legalização. Nada disso, contudo, tem sido suficiente para gerar otimismo entre seus defensores no Brasil e no mundo. Atacado abertamente pelo papa João Paulo II, o aborto continua envolvido pelo manto da hipocrisia e da incompreensão. E em nosso país, onde ocorrem 3 milhões de abortos clandestinos por ano, segundo a Organização Mundial de Saúde, ele também é motivo de violência contra a mulher, como podemos ver pelos depoimentos abaixo.

"Quando alguém chega no Pronto Socorro do Hospital das Clínicas em São Paulo, e há suspeita de aborto, a curetagem é feita sem anestesia. A sangue frio. Até hoje continua esta prática. A mentalidade é que, se a pessoa faz um aborto e não recebe anestesia, vai pensar antes de fazer."

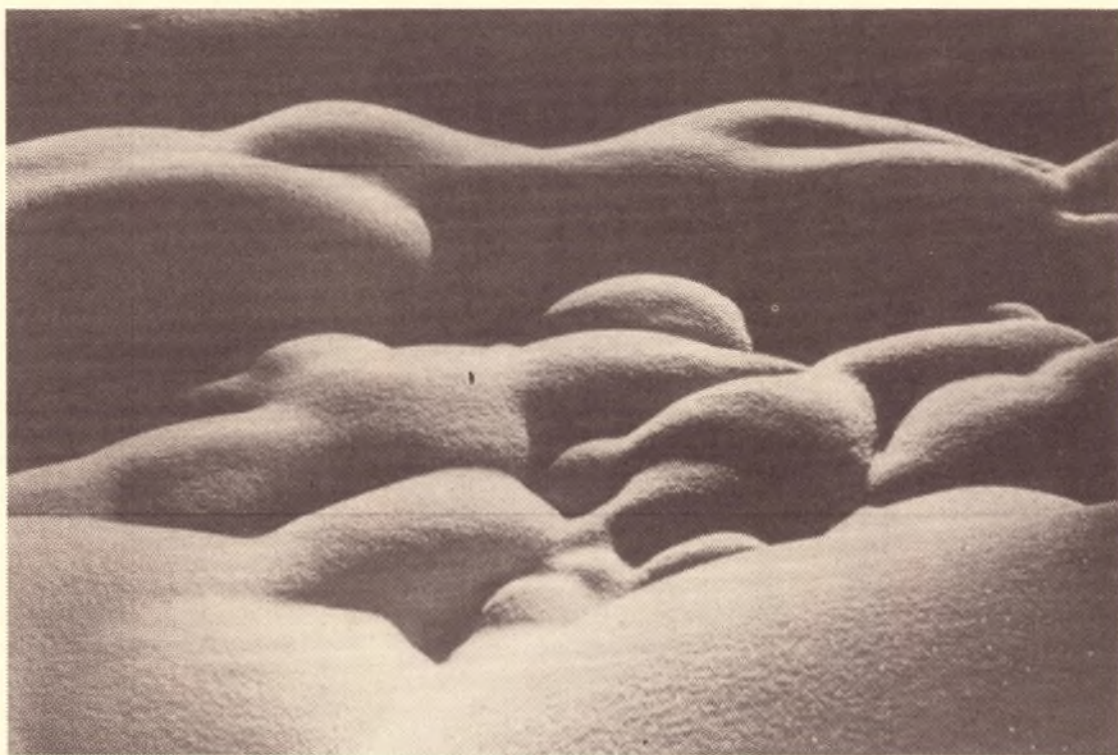
"Já vi um caso absurdo, da enfermeira insultar a menina que estava em aborto: - Tá vendo, perdeu, não vai ter filho, fez aborto."

Estes depoimentos são de mulheres que procuraram hospitais em processo de aborto. Foram divulgados, mantendo os nomes em sigilo, pela pesquisa "Por detrás da violência: Um olhar sobre a cidade". Realizada de 1991 a 1992 pelo Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde (CEFOP), em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, a pesquisa teve o propósito de detectar os atos de violência e maus-tratos ocorridos no setor de saúde do município.

Esses relatos, como vários outros citados no levantamento, afirmam que o tratamento dispensado por grande parte dos profissionais da saúde é geralmente carregado de preconceito contra o aborto, seja ele espontâneo ou provocado, já que há dificuldade de identificar a sua causa.

A luta pela legalização do aborto no Brasil, iniciada na década de 70, já obteve, contudo, algumas conquistas. Concretamente, poucas, mas se considerarmos a mobilização e o debate existente em torno do tema, é preciso reconhecer um avanço significativo em relação à história recente do Brasil, quando esse assunto era simplesmente um tabu.

Mesmo os partidos de esquerda e setores progressistas da sociedade brasileira mantiveram-se afastados do tema, deixando a sua defesa limitada a núcleos feministas. No começo do ano, no entanto, uma vitória importante foi obtida pelos defensores do aborto do PT, que passou a ser



o primeiro partido brasileiro de expressão a defender oficialmente a descriminalização, tratando o aborto como um tema de saúde pública e não mais como item do Código Penal.

LENHA NA FOGUEIRA. No mês de outubro, aumentou a fervura do debate em decorrência de manifestações vindas do interior justamente da igreja católica, inimiga número um do aborto.

De um lado, o Vaticano divulgou a sua décima encíclica, denominada "Esplendor da Verdade", que elenca, entre outros atos, como gravemente ilícitos, indepen-

dente das circunstâncias, o aborto. De outro - numa resposta antecipada ao papa - a irmã Ivone Gebara, da Congregação Irmãs de Nossa Senhora, que mora em Recife desde 1973 e trabalha com a educação de crianças carentes, em entrevista de quatro páginas, na seção páginas amarelas da revista *Veja*, afirmou corajosamente: "Aborto não é pecado. O evangelho não trata desse assunto. A dogmática em relação ao aborto foi fabricada ao longo dos séculos". Além disso, ela de frisou o quanto a situação pune as mulheres sem recursos.

"A declaração da irmã Ivone é sobretudo humana",

disse a senadora Eva Blay (PSDB-SP), autora de um projeto que está no Senado e prevê a legalização do aborto até os 3 meses, e estabelece que os casos hoje permitidos, estupro ou risco de vida da mulher, sejam realmente respeitados.

O debate e toda campanha pela descriminalização do aborto têm gerado várias propostas de mudanças da legislação brasileira, como o da senadora Eva Blay. Na Câmara Federal tramita o substitutivo (a oito projetos) da relatora, deputada Jandira Fegali (PCdoB-RJ), que legaliza, descriminaliza e regula o acesso ao aborto até a

décima segunda semana e desta a até a vigésima quinta, quando houver risco de saúde mental. "Estamos em um Estado laico e a sociedade é mais ampla que as questões religiosas, temos que colocar a saúde na ótica democrática", argumentou a deputada.

A Comissão de Revisão do Código Penal, composta por 12 juristas e presidida pelo advogado criminalista Evandro Lins e Silva, também tem discutido o assunto. A única mulher que integra a Comissão, a promotora Luiza Nagib Eluf, apresentou a proposta de aborto voluntário até o terceiro mês de gestação e até o sexto mês quando houver deformação do feto. Sua opinião é categórica: "Não devemos legislar hipocritamente".

É praticamente consenso, entre as ativistas que lutam pelo aborto legal, que ele não é a meta para ninguém, mas apenas uma opção que não pode ser condenada. Segundo elas, o fato de estar criminalizado não impede sua prática. Por ser um ato clandestino, não há estatísticas exatas. Entretanto, se optarmos por um levantamento modesto, como o do Ministério da Saúde, temos: 700 mil abortos anuais. Em 1991, o INAMPS atendeu 391.911 casos. O que corresponde a 950 internações por dia, por causa de abortos clandestinos. Já de acordo com a Organização Mundial da Saúde este número chega a 3 milhões. O resultado concreto desta falsidade mostra uma realidade dramática: o aborto hoje é a quinta causa de mortalidade feminina no Brasil.

O "AMALDIÇOADO" CYTOTEC

Um remédio polêmico, o Cytotec, tem sido personagem constante de tanto de debates como da prática do aborto no Brasil. Medicamento para o tratamento de estômago, porém conhecido e divulgado pela imprensa como abortivo, está proibido no mercado brasileiro. Diferentemente de outras drogas supostamente abortivas, o cytotec tem defensores entre profissionais do setor de saúde. Mas enfrentou uma violenta campanha da imprensa, para tirá-lo de circulação, do começo de 1990 até meados de 1991, quando foi proibido. Chamado muitas vezes de droga da morte, o objetivo era um só - difundir que a sua utilização traria danos irreparáveis.

Atualmente ilegal, o Cytotec pode ser encontrado em poucas farmácias, no conhecido mercado negro. Só é possível adquirir poucos comprimidos. O custo, anteriormente considerado acessível, varia hoje de 4 a 8 mil cruzeiros reais. A possibilidade de controle de qualidade está completamente descartada.

A Comissão Nacional de Reprodução Humana, da Federação Brasileira de Ginecologia Obstetrícia, mostrou um outro lado muito pouco divulgado. E chegou a enumerar as consequências positivas que a droga poderia trazer se tivesse um uso adequado: "Falência do abortivo, a eliminação de infecção no processo abortivo (levando em conta que o paciente iria fazer aborto de qualquer forma), o baixo custo da ação e a facilidade acumulada com baixo índice de agressividade para com a paciente".

VENTRE LIVRE. Na época em que o Cytotec circulava, uma rede de informações a respeito do uso começou de maneira informal e acabou auxiliando

várias mulheres. Feministas, ligadas a área de saúde por acreditarem na liberdade reprodutiva e preocupadas com riscos vividos por pessoas que não tinham condições de abortar de forma segura, se denominaram Irmandade do Ventre Livre. Colaboravam de forma voluntária com as mulheres que telefonassem para pedir informações.

"Sempre aconselhamos as mulheres a procurarem uma clínica, mas se não tivesse jeito, pela falta de dinheiro, aí recomendávamos as doses do Cytotec", contou Amanda, que só se identifica com o codinome. Como a rede cresceu e elas intensificaram a orientação, passaram a recorrer a amigos médicos ginecologistas, na intenção de obter mais informações. "Percebemos que o Cytotec bem controlado era bom e evitava a infecção causada por sondas mal esterilizadas."

Surpreendentemente, contrariando todos os alardes da imprensa, o Cytotec foi a opção de médicas e advogadas que preferiam fazer o aborto em casa.

As irmãs, como se chamavam, alertavam para os riscos, como por exemplo, não ingerir o comprimido estando sozinha, ou também sobre a possibilidade do rompimento do útero para mulheres com cesarianas anteriores e idade gestacional avançada. E faziam também o acompanhamento de cada caso. Amanda garante: "Nunca aconteceu nenhum problema. Em muitos casos não houve necessidade nem da curetagem".

O trabalho das irmãs acabou com a proibição do Cytotec. Devido à clandestinidade, o trabalho político não pode ser ampliado. "A nossa briga não é só pela venda ou não do Cytotec, mas pela legalização do aborto", finaliza Amanda.

A.C.

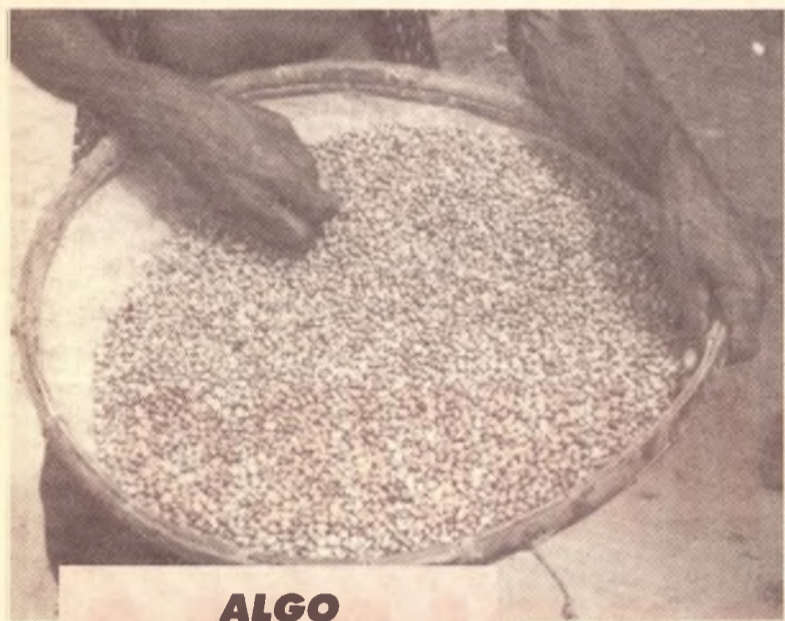
QUESTÃO DE SAÚDE. A médica Carmen Simone, que trabalha no Coletivo Feminista de Sexualidade, defende: "O aborto precisa ser tratado como uma questão de Saúde Pública". E conclui: "Os abortos só são seguros para quem pode pagar. Eu sei de clínicas que dão suco de laranja e até flores". É realmente uma situação que privilegia poucas mulheres. Preço em uma clínica "confiável" varia de 300 a 800 dólares.

Condenado pela moral cristã e previsto como crime, o medo e o constrangimento tornam a situação, já desagradável, ainda mais difícil. "A culpa varia de mulher para mulher, trabalhamos para desculpabilizá-las. É um momento sofrido, porém é menos do que ter um filho indesejado", analisa a psicóloga Maria Otacília Batistelli, que também trabalha no Coletivo. E revela: "Uma pesquisa na Suécia mostrou que os filhos nascidos de uma gravidez indesejada trazem seqüelas psicológicas no seu desenvolvimento". Otacília conclui: "A maternidade precisa ser segura e prazerosa".

ADÉLIA CHAGAS

GEOGRAFIA DA FOME

Incrível: metade dos esfomeados trabalham produzindo alimentos!



ALGO EXTRAORDINÁRIO ACONTECE.

Flávio Valente, médico especialista em nutrição, integrante da equipe que elaborou o Programa de Segurança Alimentar do Governo Paralelo do PT, hoje assessor especial do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) - órgão consultivo da Presidência da República -, concorda que algo novo e extraordinário está acontecendo no país no tocante ao combate à fome. "É a primeira vez que se pensa a articulação dos vários setores em relação a um problema como a fome". A integração efetiva com a sociedade organizada e o empenho pessoal do presidente da República (o primeiro na história brasileira a assumir o combate à fome e à miséria como prioridade de governo) animam Valente a acreditar que esse fenômeno deverá tomar proporções imprevisíveis - no bom sentido.

Ele destaca a importância do Governo Paralelo do PT nesse processo, "que elaborou uma política de governo, que é o Programa de Segurança Alimentar e deve ser o norte de uma política de desenvolvimento para o país", apresentado em fevereiro deste ano a Itamar e por este assumido, e o grande salto que o Consea, integrado por 21 membros da sociedade civil e oito ministros, já conseguiu até agora, trazendo a fome para o centro da discussão política e "obrigando" vários ministros a sentarem para discutir com a sociedade civil.

Isso tem apresentado reflexos práticos positivos, segundo ele: "Os gastos com a merenda escolar, definidos pelo Consea como prioridade, não foram cortados; vários decretos de desapropriação de terras para assentamento de reforma agrária foram assinados este ano; o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea) para o Nordeste, com 1,5 milhão de cestas de 25 kg, recebeu recursos do Ministério da Saúde; e está-se brigando para garantir recursos para o assentamento de 100 mil famílias em 94 e crédito, para estas e as já assentadas".

As prioridades do Consea, no momento, são garantir recursos para o combate à fome e à miséria no Orçamento da União para 1994 e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar, com início dia 22 de outubro e duração prevista até julho do ano que vem, caracterizando-se como uma Jornada Nacional de Combate à Fome.

M.P.

O incrível na questão da fome no Brasil é que tudo já foi dito, tudo já foi diagnosticado, analisado, quantificado, denunciado e proposto, desde a década de 30, quando o médico pernambucano Josué de Castro, também geógrafo, escritor e político, liderou um grupo de médicos e intelectuais na formulação de uma política nacional de nutrição. Autor de "Geografia da Fome", Josué de Castro foi duas vezes deputado federal pelo PTB e presidente da Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) da ONU no período de 1952-56. Cassado pela ditadura militar em 1964, Josué de Castro morreu no exílio em 1973.

Das políticas agrícolas e de abastecimento à reforma agrária; da distribuição de renda aos programas emergenciais/assistenciais; dos privilégios aos exportadores e atacadistas à corrupção e desorganização governamental; da prioridade à agricultura capitalista em detrimento do modelo familiar de produção agrícola; do "exportar é o que importa" à importação de alimentos básicos - em suma, de tudo já se disse.

Algo novo está acontecendo este ano. E não se sabe da ocorrência de saques, organizados ou desorganizados, apesar da recessão, da inflação e da multidão de famintos. Talvez devido à somatória de fatos como a iniciativa do Governo Paralelo do PT, levando a sua proposta de Segurança Alimentar ao presidente da República; a iniciativa inédita deste, de topar "segurar o boi pelo chifre", mais a pressão dos movimentos "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e a Favor da Vida" e pela Ética na Política; a repercussão dos números assusta-

dores do estudo "O Mapa da Fome"; e talvez o mais importante - uma ainda tímida reação da sociedade ao estado de calamidade pública generalizada em que se encontra o país.

INDIGENTES E SUBNUTRIDOS. Estudo coordenado por Anna Maria Peliano, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), "O Mapa da Fome" precisa a existência de 32 milhões de indigentes no Brasil, por regiões urbana e rural, estado por estado.

Essa população miserável faz parte do contingente de 86 milhões de subnutridos (pessoas que consomem menos do que o mínimo de 2240 calorias diárias recomendado pela FAO) estimado pela mesma Anna Maria Peliano em 1984 ("Alimentação e Abastecimento: contribuições a um programa de emergência").

Evidentemente, saber que 32 milhões de pessoas estão morrendo agudamente de fome choca muito mais do que a morte crônica de 86 milhões, e isso em um país que exportou 8 bilhões de dólares em produtos agrícolas no ano passado

(em 1988 foram 12,2 bilhões).

Além do número em si, assustador, algumas coisas importantes chamam a atenção nesse mapa. Primeiro, o fato de que metade desse total de 32 milhões de miseráveis, de famintos, está na área rural - ou seja, gente que trabalha produzindo alimentos para os outros está morrendo de fome. E não apenas no já tradicional sertão nordestino: o Sul e o Sudeste Maravilha têm 5,1 milhões de famintos rurais, dos quais os estados "campeões" são justamente os maiores produtores de alimentos: o Paraná, com mais de um milhão de famintos, e Minas Gerais, com 1,55 milhão. São Paulo, exemplo da pujança agroindustrial da laranja e do álcool, mantém 476 mil seres humanos em condição de indigência no campo. Segundo, os "destaques" do Nordeste: o primeiro lugar, disparado, é da Bahia de Antônio Carlos Magalhães, 2,6 milhões de famintos; depois o Ceará, dois mandatos do PSDB no governo estadual, 1,76 milhão; e o Maranhão de José Sarney, com 1,71 milhão.

MILTON POMAR

Estatística revela absurdo: 50% das vítimas da fome estão na zona rural



A DINÂMICA DA FOME

Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria é uma demonstração vigorosa de que a sociedade brasileira traz dentro de si os elementos da sua regeneração. Uma onda de solidariedade se desencadeou no país a partir da convocação da campanha. Os brasileiros passaram a refletir sobre o que podem realizar, sem ficar à espera das políticas do Estado.

Desde a queda do regime militar muitos setores sociais e personalidades com participação expressiva no processo político do país acalentaram a ilusão de que avançaríamos para a democracia sem grandes reformas no Estado brasileiro. Bastava que ele mudasse de mãos, imaginavam. Hoje constatamos todos que esse Estado-recortado segundo o figurino de regime militar: repressivo, excludente, privatizado a serviço de uma elite incapaz de pensar o país - apodreceu.

A melhor demonstração deste fato é a existência de mais de três mil comitês de combate à fome, em todo o país, organizados pelos cidadãos. E, por outro lado, a notícia de que o Exército brasileiro vai trocar grãos armazenados pelo Ministério da Agricultura por armas, numa transação comercial com os russos. Neste país de muitas surpresas, essa é absolutamente estarrecedora. Demonstra a que grau de insensibilidade chegou o Estado brasileiro frente aos dramas dos seus cidadãos. Essa polaridade de enfoques nos dá a medida do desafio que significa o combate à miséria no Brasil.

Para enfrentá-lo é preciso nos darmos conta de que a fome adquiriu funcionalidade dentro da dinâmica perversa da economia brasileira. Há uma funcionalidade econômica, social e política. Dito de outro modo: há setores sociais inteiros que ganham dinheiro com a fome, mantêm privilégios com a fome de milhões e exercem sobre eles uma dominação política escandalosa, por meio da fome.

Explico. A existência de 32 milhões de famintos no país guarda uma estreita relação com os baixos salários pagos nas cidades aos que ainda conseguem comer para se encontrar no posto de trabalho no dia seguinte. Ou seja, a fome de milhões permite que outros milhões de trabalhadores recebam no final do mês um salário inferior a 80 dólares, um dos mais baixos do mundo. A fome de milhões se explica também pela constatação de que os 10% mais ricos do país tenham pilhado 49,7% do total da renda produzida, em 1991. Por fim, a fome de milhões tem permitido secularmente as práticas políticas do coronelismo, do clientelismo, da mercantilização do voto, perpetuando uma elite oligárquica e a subordinação das maiorias sociais.

Em suma, não combateremos a fome e a Miséria no Brasil apenas com a distribuição de cestas de alimentos aos indigentes. Nem apenas com políticas sociais compensatórias, como propõem alguns. É necessário para ir ao miolo do problema enfrentar um dos eixos básicos da crise brasileira: o monopólio da terra. A dinâmica dessa crise repõe a reforma agrária/agrícola no centro do debate, como elemento estratégico de um projeto democrático-popular para o país.

HAMILTON PEREIRA

ABASTECIMENTO

O grande capital recebe o que deveria ir para o subsídio à produção familiar

Afome no Brasil atinge, em maior ou menor grau, pelo menos 100 milhões de pessoas que não possuem dinheiro em quantidade suficiente para comprar alimentos - que existem em quantidade mais do que suficiente para toda a população.

Partindo desse princípio - de que falta dinheiro mas não comida -, a solução da fome no Brasil resume-se à distribuição de renda, algo que o papel aceita bem mas de que as classes dominantes não querem nem ouvir falar, nem mesmo como hipótese remota.

Algo mais rápido e mais factível na atual correlação de forças é baratear o preço dos alimentos para o consumidor final, uma bandeira defendida há vários anos pelo agrônomo e professor da USP José Eli da Veiga, que sustenta em seus artigos em jornais e revistas a necessidade de alimentos baratos para a população mais pobre, liberando recursos para a compra de bens duráveis e possibilitando assim a formação de um mercado de consumo de massa.

PRIORIDADES SOCIAIS. Oferecer alimentos baratos exige uma mexida radical nas políticas agrícola, agrária e de abastecimento. Primeiro porque é necessário manter a renda dos 5,5 milhões de produtores agrícolas e isso requer dinheiro na forma de subsídios; baixar os custos dos insumos industriais e dos empréstimos; aumentar a produtividade das lavouras e criações (exigindo pesquisa, ensino, assistência técnica); aumentar a ocupação das terras próximas aos centros consumidores para diminuir as despesas com transportes e talvez diminuir a carga tributária, pelo menos dos alimentos básicos.

Segundo, porque o governo precisará inverter a sua prioridade atual, da agricultura capitalista, agroindustrial e exportadora, desenvolvida por 400 a 500 mil produtores, pelo modelo de produção familiar, praticado por mais de 5 milhões de famílias de agricultores. Não apenas garantir a manutenção destes, mas também possibilitar o acesso à terra a mais de 3 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Significa, na prática, deixar de investir em



LUIZ MURAIUSKAS/FOIHA IMAGEM

A fartura da Ceagesp é inacessível à maioria dos brasileiros

DINHEIRO, O PROBLEMA

pesquisa, incentivos fiscais, subsídios e outras ajudas, para quem não precisa, e começar a investir para quem precisa.

Isso não será nada fácil, porque os nossos capitalistas estão acostumados à teta estatal, e por mais que discurssem pela privatização, livre iniciativa, não querem perder a "bocona" que sempre tiveram do Estado brasileiro.

PROTECIONISMO E SUBSÍDIOS.

A produção de alimentos é pesadamente subsidiada nos países desenvolvidos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o conceito de Segurança Alimentar se impôs como questão prioritária, principalmente na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Para que se tenha uma idéia do volume de recursos em jogo, somente no ano passado o total de subsídios à agricultura nos países desenvolvidos atingiu US\$ 353,7 bilhões, segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Quase o PIB brasileiro.

Esses países não apenas subsidiam a sua produção e exportação agrícolas, como impedem o tão famigerado livre-comércio. O protecionismo contra a concorrência dos países pobres se dá através da cobrança de "ágios" elevados para seus produtos entrarem, diminuindo-lhes a sua competitividade no mercado interno, e também por imposições sanitárias muitas vezes insuportáveis de serem atendidas.

O cruel da história é que parte dos recursos para sustentar os subsídios nesses países são tirados dos impostos que aplicam sobre as importações. Através desses subsídios, produzem e vendem alimentos (principalmente trigo e leite) baratos para os países pobres, tornando desinteressante e desestruturando a

sua produção nesses países e mantendo-os dependentes. Mas isso cria também problemas entre países desenvolvidos. Subsídios internos à produção agrícola, barreiras tarifárias e não-tarifárias à importação e subsídios à exportação são o pomo da discórdia entre os Estados Unidos e os países da CEE.

TRIGO, MANDIOCA, LEITE E FEIJÃO.

Um bom exemplo de como funcionam o protecionismo e os subsídios é o caso do trigo e da mandioca no Brasil. O governo militar brasileiro decidiu subsidiar a produção e o consumo de trigo a partir de 1967, quando a produção era de 629 mil toneladas. Após 20 anos de investimento em pesquisas, extensão e assistência técnica e cerca de 7 bilhões de dólares em subsídios (dos quais os maiores beneficiados foram não mais do que meia dúzia de grupos proprietários de dezenas de moinhos), atingimos 6 milhões de toneladas em 1987, praticamente empatando com o consumo nacional (estimado em 7 milhões); a produtividade média nacional do trigo passou de 757 kg/ha para 1746 kg/ha no mesmo período e o consumo per capita foi de 32 kg para 48 kg.

Com a retirada dos subsídios, e a oferta de trigo americano e europeu subsidiados e baratos, continua produzindo trigo no Brasil quem consegue altas produtividades e custos competitivos, e o país voltou a importar quantidades crescentes do cereal, algo hoje em torno de 4,2 milhões de toneladas. Enquanto isso, a tupiniquim mandioca manteve-se na faixa de 22-24 milhões de toneladas, com uma produtividade média de 12,6 ton/ha (o Paraná, melhor produtor, obtém 22 ton/ha). Apenas para ilustrar, a Tailândia op-

tou pela mandioca: passou de 3,3% da produção mundial em 1971, para 16% em 1989 (3º lugar), encostando no Brasil, e 60 ton/ha de produtividade.

O leite na Europa consome US\$ 5 bilhões anuais de subsídios, parte desse total destinando-se a diminuir o preço do leite em pó no mercado internacional. Estados Unidos e Nova Zelândia, grandes vendedores de leite em pó, também bancam a sua produção e exportação com alguns muitos bilhões de dólares.

Aqui no Brasil a produção nacional manteve-se na faixa de 11-12 bilhões de litros por muitos anos, apesar do aumento do número de crianças e por causa da queda real dos salários. Atualmente, deve estar próxima dos 15-16 bilhões de litros, sendo uns 9 milhões para consumo urbano, dos quais metade é comercializada como leite fluido (saquinho) e a outra metade como queijo, leite em pó, iogurtes e queijos. Pensando em um copo de leite (200 ml) por habitante, diariamente, a nossa necessidade é de aproximadamente 11 bilhões de litros apenas de leite fluido.

Não fosse a carestia alimentar e, ao mesmo tempo, a miséria popular, o feijão já estaria muito acima do total produzido em 1991/92, de 2,9 milhões de toneladas, coincidentemente o mesmo total de 1981/82, e, também, não teríamos o maior estoque de passagem da história do feijão, 780 mil toneladas, de 92 para 93.

Havendo preço para o produtor, pode-se ter até excessos de qualquer alimento. Subsidiar a produção agrícola familiar é mais barato do que subsidiar a capitalista e permite um retorno econômico e social infinitamente maior. Quer dizer, até do ponto de vista capitalista é mais negócio.

MILTON POMAR

Mais prejudiciais que os ratos são os atravessadores e a máfia da armazenagem

O caos da armazenagem dá lucro a uma máfia

DESPERDÍCIO, RATOS E ENGANANÇAÇÃO

Seam com freqüência reportagens sobre o desperdício de alimentos, e estimativas de perdas de 10 a até 30% das safras, misturando grãos, frutas e hortaliças. Existem estimativas de que apenas os ratos consumiriam 10% da produção mundial de grãos. É verdade que perde-se muita comida por má armazenagem, transportes, falta de refrigeração etc, mas isso é mostrado de uma forma que leva muita gente a pensar que bastaria evitar essas perdas e o problema da fome estaria resolvido, como se automaticamente o que se deixasse de perder fosse transferido para quem está faminto.

Separando os grãos das frutas e hortaliças, é bom lembrar que estas, se compradas tão logo chegassem aos mercados, não estragariam em tamanha quantidade. A dinâmica de comercialização desses produtos nas centrais atacadistas (ceasas da vida) trabalha com a lógica dos preços altos até onde for possível, e depois, quando já está tudo "meio mole", aí sim reduzir um pouco os preços. Ocorre que as máfias que dominam esses atacados de alimentos querem ganhar muito, mas muito mesmo, não se importando em vender pouco e deixar estragar muito, desde que o lucro esteja garantido. Quanto ao fato de que 40% estraga e que milhões passam fome, bom, essa é outra questão.

Os supermercados, com 33 mil lojas, são responsáveis por 80% da venda de alimentos no país, e talvez pudessem seguir lógica diferente. O po-

rém na história é que os supermercados também estão oligopolizados. As 20 maiores redes, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abrasa), vendem 60% do total faturado pelo conjunto das 300 maiores. Esta possuem um total de 3,4 mil lojas e faturaram 70% do total de US\$ 25 bilhões obtido pelo setor em 1992.

As grandes cadeias estão verticalizando ao máximo e hoje muitas delas já produzem e industrializam grande parte dos produtos agrícolas que vendem.

As perdas de frutas e hortaliças em supermercados, que poderiam ser muito menores, também ocorrem, em grande parte, devido aos preços dos produtos. Fossem eles acessíveis e não teriam tempo para estragar.

Quanto aos ratos, deve-se dar-lhes um crédito: eles apropriam-se dos alimentos, sem sequer saber a quem pertencem, por que precisam viver. E certamente não causam o mesmo prejuízo que os donos de armazéns e de empresas transportadoras de alimentos do governo e os dirigentes das dezenas de órgãos responsáveis por abastecimento já causaram nos últimos 30 anos.

IMPUNIDADE E FOME. Uma "Operação Mãos Limpas" no Brasil, apenas para tratar disso, não resolveria a questão da fome causada pela absurda distribuição da renda, mas serviria para acabar com a impunidade de algumas centenas, talvez milhares de criminosos envolvidos na roubação de comida.

As últimas notícias agora em 93 dão conta da abertura de 22 mil processos contra armazenadores e uma dívida com a União que chegaria a US\$ 100 milhões. Existem cerca de 13 mil estabelecimentos, ou unidades armazenadoras, sendo 10,5 mil de particulares, 600 do governo e o restante de cooperativas e de economia mista.

Os processos são por "desvio" ou "perda de qualidade", algo em que na grande maioria dos casos pode ser traduzido por fraude ou roubo. Os donos dos armazéns, "fiéis depositários" do produto, simplesmente venderam o que estava armazenado e agora estão sendo cobrados pela "dívida" com o governo. O detalhe é que muitos já negociaram a "dívida", pagando 10% do valor à vista e o restante em 36 meses com TR mais 12% (quando o mercado empresta com 3% ao mês).

A estocagem para a União sempre foi uma festa para os empresários do setor, que conseguiam ocupar os seus armazéns mesmo quando os do governo estavam com capacidade ociosa. Aos poucos a rede oficial de armazenagem

foi sendo sucateada, perdendo competitividade, em um processo de "preparação" para a privatização.

Uma das formas de garantir a ineficácia do Estado na área do abastecimento sempre foi o rodízio constante de dirigentes, mantendo o setor sem solução de continuidade permanente. A outra é a manutenção de dezenas de órgãos envolvidos com pedaços da área, muitos inclusive com atribuições conflitantes. Finalmente, o velho truque: de tempos em tempos, extinguir um órgão, fundir dois outros, criar um ou mais "novos" e assim vai. Quanto mais confusão, mais ineficácia, mais facilidade para esconder a corrupção, mais possibilidade de novos negócios. O fato de existirem muitos políticos importantes (governadores, senadores, deputados, prefeitos), principalmente da região Centro-Oeste, no setor de armazenagem, certamente explica essa facilidade de cortar, remendar, usar e abusar da máquina do Estado. É esclarecedora a esse respeito a gestão de Íris Rezende no Ministério da Agricultura durante o governo Sarney e depois, a pressão permanente para que o nome para essa pasta fosse de algum político da região, preferencialmente ligado a Íris Rezende ou Joaquim Roriz.

O transporte rodoviário de grãos armazenados, levados a passear de um estado para outro, também é um bom negócio. Quem obteve a exclusividade para isso no país em 1989, como "subcontratada" da RFFSA, foi a empresa Wadel, de propriedade de Wagner Canhedo, sócio de PC e Collor na VASP e amigo de Quercia, que é amigo de Íris, que é amigo de Sarney.

MILTON POMAR



AMORIM

BANCADA DA FOME

A fome comove Betinho, inferniza a vida de 32 milhões de brasileiros, mas fez a fortuna de um seleto grupo de armazenadores que ganham milhões armazenando grãos podres ou sumindo com milhares de toneladas de alimentos dos estoques reguladores do governo, administrados pela generosidade suspeita da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

Nos últimos seis anos sumiram dos armazéns da Soalço e de Goiazem 70,4 mil toneladas de alimentos. Isto não acontece por acaso. Trata-se de um caso típico de privatização do estado, colocado a serviço de interesses de oligarquias que controlam a vida política de certos estados.

A família Abrão, de Goiás e Tocantins, é exemplar. Ela não precisa de lobbistas para defender seus interesses, pois tem sua própria bancada. Moisés Abrão (PPR), senador pelo Tocantins, é dono da Soalço e ocupa o posto de meio devedor da CONAB. Seu primo, o deputado Pedro Abrão (PP-GO), é dono da Goiazem e ocupa o posto de segundo maior devedor da CONAB. Esta bancada familiar conta ainda com o reforço da deputada Lúcia Vânia Abrão (PP-GO), irmã de Moisés Abrão e esposa do senador Irapuan Costa Júnior (PP-GO).

As contínuas denúncias feitas pelo deputado Jaques Wagner (PT-BA) e divulgadas pela imprensa não fazem a bancada da fome perder a pose. O senador Moisés Abrão, por exemplo, propôs uma CPI para apurar a perda de grãos. Esta é uma forma sutil de obstruir qualquer investigação séria sobre o assunto, porque ele é um dos principais interessados na bagunça reinante na CONAB.

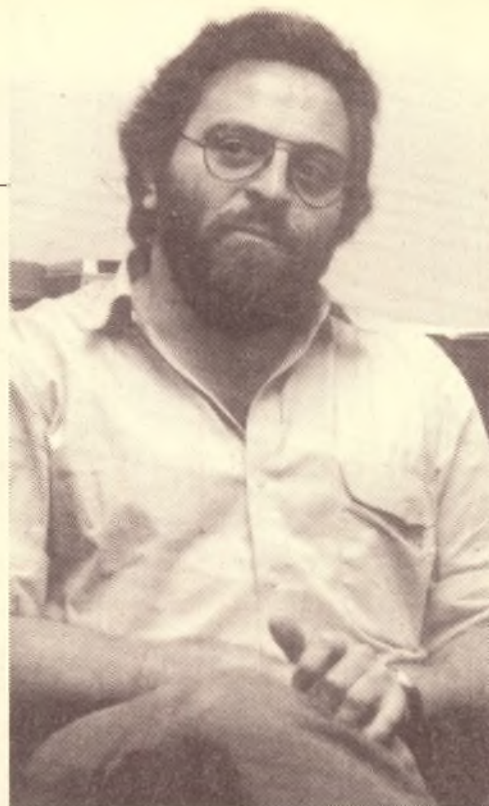
O deputado Pedro Abrão também não se dá por achado: hoje ele é o relator de um projeto que tira do estado o direito de fiscalizar a qualidade dos alimentos armazenados e entrega-os aos próprios armazenadores. É como entregar à raposa a guarda do galinheiro.

O domínio que estas oligarquias exercem sobre os setores do estado que lhes interessam é total. Para se ter uma idéia, a CONAB admite que é criadora de 115 milhões de dólares dos armazenadores, mas só está executando um terço desta dívida graças à desorganização de seus arquivos, desorganização que aumentou com o desaparecimento dos disquetes que continham a lista dos devedores.

ATHOS PEREIRA
de Brasília

RANGO E EDGAR

20 anos de fome e humor



talvez o Betinho também tivesse uma qualidade do Henfil - a de tentar realizar uma utopia, ter extrema ousadia de praticar isso.

Como o Henfil foi ousado?

O Henfil usou a doença dele. Não

Quando surgiu o Rango?
Foi no período do "milagre brasileiro". Eu era estudante, iniciando curso de Arquitetura, em 1970, e comecei a ver, de uma maneira crítica, uma miséria que eu conhecia já na minha infância. Na época, eu morava bem no centro de Porto Alegre e tinha que atravessar praticamente toda a rua da Praia (a principal da cidade) para ir à faculdade. Eu via aquelas crianças menores abandonadas tentando vender flores, guriuzinha de cinco, seis anos, fumando bagana de cigarro, mexendo no lixo - o pano de fundo do milagre brasileiro. A faculdade me deu apoio teórico para as minhas indagações, comecei a entender o porquê das coisas.

O Rango veio direto da realidade...

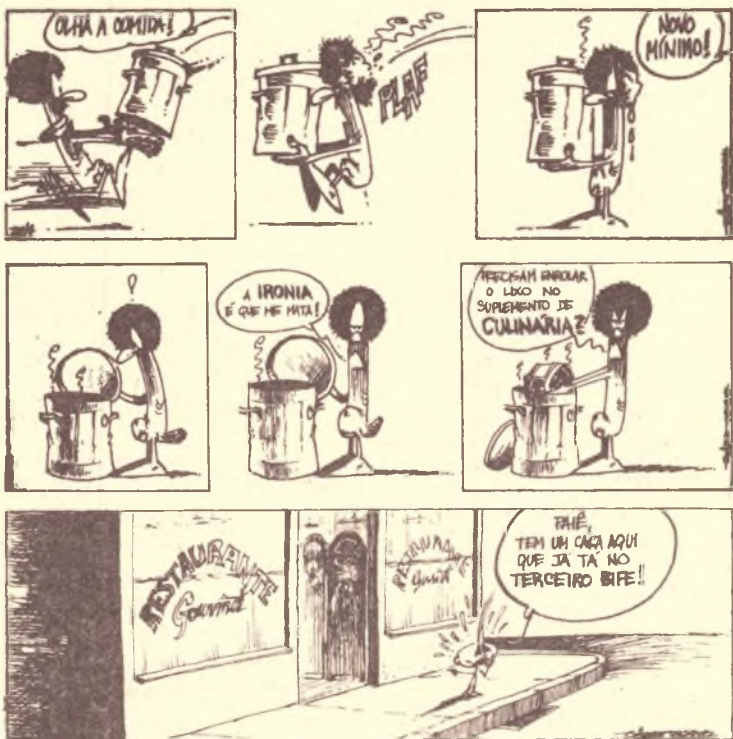
Bem, era gente que até então eu considerava fracassada, mas me dei conta que aquele fracasso não era pessoal; afinal, não era apenas um... Era um fracasso da sociedade toda, que funciona e vai deixando uma serragem, que são essas pessoas, e essa serragem vai-se acumulando, fica cada vez maior. Que se tinha, então? Loucos, bêbados, menores abandonados... E as minhas lembranças de infância e as impressões diárias sofrendo o impacto da propaganda governamental do "Brasil Grande", "Corrente pra Frente", "Milagre Brasileiro", "Ninguém segura esse País". Aí, surge o humorista, que sempre procura um nexos onde aparentemente não existe: "O que essa propaganda tinha a ver com a realidade? Era frontalmente oposta". O fatos diziam uma coisa; a propaganda oficial, outra completamente diferente. E o angustiante: ninguém falava nada a respeito. Era um absurdo tão evidente e foi ele que me fez procurar algum tipo de mídia para escrachá-lo.

Mas porque o desenho?

Eu já desenhava antes. Não comecei com o Rango. Na verdade, eu nunca parei de desenhar. Todo mundo quando criança desenha. O que acontece é que as pessoas conquistam formas imediatas de comunicação - fala, leitura, escrita - e abandonam outras, entre elas o desenho. Não abandonam, quando não lhes basta escrever e falar. Não parei de desenhar, mas não sabia como usar essa vocação, tanto que fui fazer Arquitetura. Era a forma mais pequenoburguesa de usar o desenho, o mais parecido com uma profissão que um desenhista poderia ter. Não imaginava que desenhar quadrinhos fosse profissão, mas era o que eu gostava. Então descobri que meu lugar é na mídia, na discussão e formação de opinião, por meio do desenho. Minha



Pioneiro nos quadrinhos na criação de um personagem que tratasse da fome e da miséria do Brasil, o gaúcho Edgar Vasques, 43 anos, há 20 publicando o Rango, diz que só uma ação resultante da análise e da crítica pode levar a "Campanha contra a Fome e a Miséria" a enfrentar, profundamente, esses problemas. Com 13 álbuns do "Rango" publicados, Edgar completa, em 1993, 25 anos como desenhista e fará em Porto Alegre uma exposição de caricaturas - "Corta Essa" - para comemorar. Ele deu esta entrevista sobre o Rango, a miséria, a fome, o desenho... para os repórteres José Lima e Marco Antônio Schuster.



parcela de contribuição é não deixar as pessoas fazerem o olho branco. Não deixar que as pessoas façam de conta que não viram. Mas faço com ironia, com humor. Para entender a piada, o leitor tem de passar pela fome e pela miséria. Para rir, tem de olhar para aquele lado. Então, foi assim que surgiu o Rango, publicado pela primeira vez na revista *Grilus*, na Faculdade de Arquitetura, em 1973, na *Folha da Manhã*, costume dizer que são 20 anos na luta contra a

fome e a miséria.

Qual a visão que o Rango passa da fome e da miséria?

Sem dúvida é uma visão de classe média. No livro *Quarto de Despejo* da Carolina de Jesus, tu tens um depoimento de uma pessoa miserável, é completamente diferente do meu caso. É uma visão de quem está dentro. Não é uma vista aérea. Ela sofre o problema e fala sobre isso. Eu nunca passei fome, não vivi isso. Me lembro de uma palestra que dei numa escola e um guri de cinco, seis anos me

fez a pergunta fundamental: "Se o Sr. nunca passou fome como o Sr. desenha o Rango?". Eu senti que corria o sério risco de me desmoralizar perante toda a turma. Tive de ser cruel com ele. Dei uma resposta bandida: "Para desenhar um cavalo, eu não preciso relinchar". Na verdade, eu deveria ter dito que posso desenhar o Rango porque apesar de não passar fome tenho uma visão e uma relação com esse problema. Mesmo que seja uma visão de classe média. Essa relação começa com um sentimento de grande responsabilidade...

Responsabilidade ou culpa?

Se fores olhar pelo aspecto psicológico até pode haver alguma coisa de culpa. Mas o que move também é aquele mal estar que o cara tem quando está jantando num restaurante e vê um gurizinho pedindo na porta. No meu caso, é um sentimento quase religioso, fui criado como católico, mas abandonei a crença... A diferença entre culpa e responsabilidade transita muito aí. A culpa é tão profunda e inútil que a gente precisa conquistar o conceito da responsabilidade. A responsabilidade faz agir em relação ao que te preocupa. A culpa não, tu a sofres. É um sentimento. É algo muito católico. A pessoa não raciocina, apenas quer aliviar aquele mal-estar.

O Rango é o símbolo da campanha contra a fome e a miséria em Porto Alegre. Foi adotado pelo Comitê da cidade?

Sim. Inclusive, está à disposição para quem quiser. Outras cidades, estados, mesmo para o país. Mas sobre a campanha eu queria falar alguma coisa do Henfil e do Betinho. Quando surgiu a campanha de Betinho me lembrei do Henfil, irmão dele, com quem tive um relacionamento fraterno por causa da nossa atividade comum. Houve um momento na imprensa brasileira, na década de 70, em que o Henfil, no centro do país, com mais divulgação, e eu aqui no Sul tínhamos os trabalhos mais radicais sobre a situação brasileira na área do quadrinho. O Henfil com os fradinhos, eu com o Rango. Nos conhecemos e a morte dele foi uma tragédia estúpida bem característica da nossa indigência - alguém morrer por causa de uma transfusão de sangue.

O Betinho vive uma situação similar. E pensei que

é por acaso um dos desenhistas que mais longe foi na ousadia crítica. Porque caso tocasse nele, ele estava morto. Era um tempo em que muita gente era torturada, levava porrada. A primeira biaba que dessem nele, estava morto de hemorragia interna (Betinho e Henfil são hemofílicos). Tragicamente, entendendo isso, ele levou essa situação para atingir os limites da possibilidade crítica. Só um sujeito com uma psique muito corajosa, peculiar e até desesperada faz isso. E o Betinho segue um padrão de comportamento que eu identifico com esse, embora não tão radical. O Betinho, me parece, está tentando dar uma decisão à sociedade brasileira. O que eu sempre tentei no papel, ele está fazendo na prática, no momento certo. Ele pergunta à sociedade o que ela quer fazer com essa miséria toda. Se vai continuar se sentindo culpada; na melhor das hipóteses, responsável, ou vai deixar a miséria continuar a crescer, adotar acriticamente os esquemas capitalistas que há 500 anos criam a miséria no Brasil.

Esse seria então um dos impasses da campanha?

Essa discussão é profundíssima e todo mundo concorda no primeiro diagnóstico. Há acordo nas questões táticas - recolher comida, dar agasalho, a parte filantrópica. Mas não adianta tu tapares um buraco, se tem alguém fazendo buraco. Quando se chegar na causa de tudo aí que será o cocô, o problema. O Betinho pretende levar a discutir isso, é o fundamental. Pois assistencialismo as madames sempre fizeram, embora sem a atual amplitude da campanha. Hoje, o filho-da-puta mais reacionário, mais egoísta, que sempre defendeu a exploração e a concentração de riqueza, está dizendo: "Não... Realmente... Piriri... Pororó...". Mas com o Betinho e com outras pessoas conseqüentes envolvidas, nós poderemos levar essa discussão para um impasse, uma crise. Ninguém poderá mais dizer que o problema da fome e da miséria é pequeno ou não existe, que não deva ser enfrentado ou que não se deva mexer nas causas. Claro, não vão querer fazer reforma agrária. Mas todo mundo saberá que é necessário fazê-la. Quem disser que não, ficará na posição de bandido assumido.

A CAMPANHA CRESCCE E

Os comitês se espalham por todo o país e evoluem da distribuição de alimentos para novas formas de luta

Ação da Cidadania pretende erradicar a miséria e gerar uma nova sociedade, colocando no centro de suas atividades a democratização do país". A frase de Betinho revela novos caminhos para o Movimento Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Segundo Madalena Alves, que representa o Movimento Nacional de Direitos Humanos na Ação pela Cidadania, em São Paulo, "a luta contra a fome está se transformando num movimento por direitos coletivos".

"Todos têm direito à vida, a direitos sociais e políticos, e de exigi-los, assim como construir o próprio futuro". Esta é uma das muitas declarações feitas no plenário do Seminário sobre o Combate à Fome e a Construção da Cidadania, realizado recentemente no Memorial da América Latina, em São Paulo. Em vários fóruns simultâneos de debates e troca de experiências, os grupos de estudo reiteraram que o movimento deve resgatar a cidadania, e responsabilizar, cada vez mais, o Estado pela fome no Brasil.

Segundo Flávio Valente, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar — Consea, órgão consultivo vinculado ao governo federal, o movimento não é assistencialista, mas solidário: "Quem sente fome precisa do apoio de quem tem algo, que precisa ajudar aos carentes de recursos materiais a exercerem a sua cidadania. É um ato de solidariedade que cativa o necessitado", arremata. A Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria, pela Vida, já tem mais de três mil comitês por todo o país e, segundo Valente, pelo menos 370 deles priorizam menos a questão da arrecadação de alimentos e enfatizam a questão da cidadania.

NÚMEROS DA FOME. De qualquer modo, um número é chave em quase todas as referências à campanha: mais de 32 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza. Mas a principal prioridade do movimento, segundo Paulo Pires, assessor do Consea, são as crianças. Diariamente morrem 300, no Brasil, por causa de problemas de alimentação. O Consea marcou, para 18 de outubro a 15 de novembro, a realização de um Censo das Crianças Desnutridas, em todos os municípios do país. Através dos Conselhos Municipais de Saúde, o Sistema de Vigilância Alimentar quer identificar todas as crianças com menos de 5 anos, que passam fome, as razões e os mecanismos para



GIANNÉ CARVALHO/IMAGENS DA TERRA

Cerca de 32 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza

combater este problema nacional. Pires acrescenta que, de cada mil crianças nascidas no país, 45 morrem por razões alimentares 33 na região Sudeste e 75 entre os nordestinos.

CAMPANHA. A Campanha de Ação pela Cidadania contra a Fome tem seus pontos altos nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Cada estado já tem pelo menos 200 comitês em funcionamento. A campanha está crescendo em São Paulo, onde começou em abril com a adesão quase imediata de entidades sindicais como a CUT e CGT, outras formadoras de opinião como OAB, ABI e PNBE e a ABONG- Associação Brasileira de Órgãos não Governamentais, religiosas, como as Igrejas Evangélica e Espírita, e movimentos sociais como a Pró Central de Movimentos Populares e o Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Um dos primeiros a serem criados nacionalmente pela sociedade civil foi o Comitê-Rio da Cidadania, contra a fome e a miséria, pela vida. Ele

conta com comissões de Cultura e Emprego, Educação, Alimentação, Saúde e Habitação, e Saneamento, e promove intercâmbio entre os diferentes comitês. Mas todos, explica a assessora de comunicação, Lislene Uchoa do Lago, "são autônomos".

ENGAJAMENTO. Desde a sua criação o Comitê Rio já envolvia movimentos sociais. Entre seus fundadores estão a CUT e o Sindicato dos Bancários, que estão ampliando as atividades da campanha no estado ou mesmo no país. Há desde comitês criados por artistas, que apresentam espetáculos nas regiões mais pobres, ou cobram ingressos dos seus espetáculos em alimentos, revertendo-os para a campanha, até comitês de empresas. A Executiva Nacional dos Bancários e os metalúrgicos do ABC estão ativos na campanha. Os primeiros doarão 10% da contribuição confederativa e os segundos definiram 21 de outubro como dia da arrecadação de roupas, alimentos e recursos à campanha, além da

criação de um comitê por fábrica. O primeiro deles já funciona na Ford do Brasil.

Dois shows, realizados em agosto no Rio de Janeiro e em setembro em São Paulo, reuniram os principais artistas do país e arrecadaram um grande volume de alimentos. Em São Paulo foram 60 toneladas de grãos. Segundo Lislene Uchoa do Lago, empresas como a Shell e White Martins estão engajadas na campanha. A Shell, por exemplo, transformou em postos de arrecadação e divulgação todos os seus postos de gasolina do país, e funcionários da White Martins estão engajados na campanha. Também várias estatais, como a Cemig, de Minas Gerais, estão engajadas.

Muitas atividades acabam levando a outras. É o caso dos trabalhadores da Fundacentro, em São Paulo. Após a coleta e a distribuição dos tickets refeições aos trabalhadores terceirizados, descobriu-se

LIVROS

GEOGRAFIA DA FOME
JOSUÉ DE CASTRO
(ED. ANTARES, 1987)

RAÍZES DA FOME
M^ª CECÍLIA MINAYO (ORG.)
(FASE/VOZES, 1985)

PRIORIDADE DA PESQUISA APLICADA AO PLANEJAMENTO EM NUTRIÇÃO E ALIMENTOS
(SEPLAN/CNPQ, 1985)

O MERCADO DA FOME
SUSAN GEORGE
(PAZ E TERRA, 1978)

A EXPROPRIAÇÃO DE ALIMENTOS
MIRANDA NETO
(ACHIAMÉ, 1985)

POR QUE FALTAM OS ALIMENTOS
EGON NORT
(ED. UFSC, 1987)

O PROBLEMA ALIMENTAR NO BRASIL
FERNANDO HOMEM DE MELO
(PAZ E TERRA, 1983)

A CRISE DE ALIMENTOS
D. GALE JOHNSON
(ATLÂNTIDA, 1975)

OS LUCROS DA FOME
MIRANDA NETO
(ACHIAMÉ, 1982)

DISCRIMINAÇÃO E MISTIFICAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO
F. POMPEO DO AMARAL
(ALFA-ÔMEGA, 1986)

A QUESTÃO DA PRODUÇÃO E DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL
M^ª DE NAZARETH (ORG.)
(IPEA/IPLAN/PNUD, 1988)

O FUTURO DO SISTEMA ALIMENTAR
JOHN WILKINSON,
(ED. HUCITEC, 1989)

FOME E DESNUTRIÇÃO: DETERMINANTES SOCIAIS
FÁVIO VALENTE,
(ED. CORTEZ, 1989)

que eles não recebiam vale-transportes. Agora, o comitê está pressionando a direção da empresa para garantir este direito aos funcionários.

No que diz respeito à reforma agrária, segundo Flávio Valente, do Consea, o órgão conseguiu pressionar o governo por grandes avanços nesta área. Até setembro, por pressão do órgão, lembra ele, o governo atingiu 20% das metas anteriormente estabelecidas. Conta que 27 projetos, envolvendo 3.070 famílias, foram desenvolvidos. Dois decretos assinados em julho deste ano atingirão 26 áreas, com 289.656 hectares, permitindo o assentamento de mais 7.750 famílias, diz. Até o final do ano mais 37 áreas, envolvendo 8.360 famílias, serão beneficiadas. O Consea, diz ele, pretende que o próximo orçamento destine 1 bilhão e 340 milhões para a reforma agrária.

COMO PARTICIPAR

Quem quiser participar da campanha contra a fome precisa, antes de mais nada, ter vontade de fazê-lo. Para isto basta reunir pessoas com o mesmo objetivo, criar um comitê e entrar em contato com um dos órgãos coordenadores da campanha em sua cidade ou estado. "É importante estar em contato", diz Lislene Uchoa do Lago. Segundo ela, só na cidade do Rio de Janeiro existem, pelo menos 10, comitês em plena atuação, mas desconhecidos pela maioria das pessoas. Depois de criado o comitê, por empresa, vinculado a movimentos sociais ou mesmo à população de bairros, será importante elaborar um mapa da fome para conhecer quem precisa e quem pode ajudar. Você deve entrar em contato, com o Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar, em Brasília - (061) 223-1989; em São Paulo (011) 36-1947; no Rio de Janeiro (021) 276-4560; em Minas Gerais (031) 261-5577.

H.C.

HAMILTON CARDOSO

PT faz prévias decisivas

Escolha dos candidatos a governador é essencial para a campanha de Lula

O PT realizará prévias para escolher seus candidatos a governador em vários estados, entre eles o Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal. A disputa é acompanhada com atenção dentro e fora do PT, não só por indicar o cabeça de chapa em alguns estados, mas principalmente porque pode reforçar a candidatura Lula num terreno onde ela ainda é frágil.

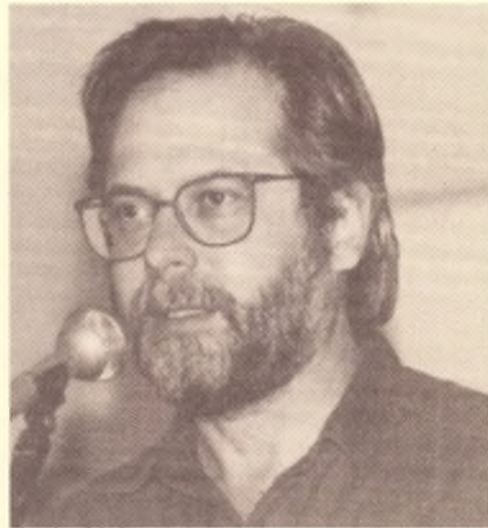
Esta fragilidade - com exceção do Rio Grande do Sul - vem sendo habilmente explorada pelas forças de centro e de direita. Como Lula é um candidato que se alimenta dos grandes debates nacionais, desenvolve-se uma operação que visa estadualizar a campanha de 1994. No caso improvável desta tática ter sucesso, o centro de gravidade das próximas eleições seria transferido para as polêmicas regionais, onde ainda prevalecem os partidos de centro-direita, que buscam desta forma conseguir o que não possuem: um presidencialismo forte.

A tática da estadualização recebeu nas últimas semanas um inadvertido reforço de dentro do PT, onde alguns setores têm defendido o adiamento das prévias, por considerar essencial construir uma rede de alianças estaduais que dê maior empuxo à candidatura Lula, especialmente naqueles estados onde fomos mal em 1989 - São Paulo, por exemplo. De acordo com este raciocínio, as alianças partidárias não precisam necessariamente ser verticalizadas; ao contrário, o PT deve ser flexível agora para garantir o apoio a Lula no segundo turno. Assim, o partido estaria aberto, em alguns

estados, a apoiar desde o primeiro turno, um candidato de outra legenda - como exemplo, indicam-se os casos de Dante de Oliveira (Mato Grosso) e Mário Covas (SP).

SEM ADIAMENTOS.

Para os que defendem esta tática, é inoportuno realizar agora prévias para a escolha dos candidatos do PT. Porque mesmo que estes candidatos sejam escolhidos com o compromisso de rediscutir seus nomes junto à coligação que venha a se constituir, é evidente que o debate interno, a mobilização dos filiados, a dinâmica eleitoral dificultam eventuais desistências em prol de candidatos de outro partido - ou mesmo de candidatos que, sendo do PT, sejam de maior agrado dos possíveis aliados.



Telma e Zé Dirceu

Até pela ausência de postulantes, esta tática vem se impondo em alguns estados. Não é o caso de São Paulo, onde a proposta de adiamento da prévia - apresentada pelo vereador paulistano Chico Whitaker, e defendida entre outros pelo deputado federal Eduardo Jorge - foi derrotada por 55 votos a 3, na última

reunião do Diretório Regional do PT paulista.

Em São Paulo, os defensores de prévias-já utilizaram diferentes argumentos. Há os que concordam com a necessidade de realizar uma rede de alianças estaduais, não necessariamente vinculada à candidatura Lula. Mas consideram que a melhor maneira

do PT negociar a consolidação destas alianças é fortalecendo-se, através das prévias.

Outros entendem que o adiamento da prévia só faria sentido caso houvesse a possibilidade de uma coligação nacional PT-PSDB. Que, para dizer o mínimo, é muito improvável, devido a linha cada vez mais conservadora seguida pelos tucanos, seja na política econômica de

Fernando Henrique, seja na lei eleitoral defendida por José Serra.

E há quem, como o presidente do Diretório Municipal paulistano, Cândido Vaccarezza, já afirme que "a esquerda do partido não aceitará rever candidaturas. O candidato do PT será aquele escolhido na prévia". Diante disto, a questão passa a ser outra: haverá quórum na prévia de São Paulo? Caso a resposta seja negativa, a candidatura Lula sai enfraquecida no primeiro round das eleições de 1994 no estado de São Paulo.

Diante deste risco, o PT paulista está fazendo um esforço concentrado para garantir o quórum, que é de quase 18 mil votantes. Ajuda neste esforço o aquecimento da disputa entre Telma de Souza, ex-prefeita de Santos, e o deputado federal José Dirceu, os dois pré-candidatos que concorrem à prévia de 17 de outubro. E ajuda, também, o exemplo carioca, onde as prévias não deram quórum (ver box).

SEM QUORUM

Realizada no dia 3 de outubro, a prévia para escolher o candidato do PT ao governo do Rio de Janeiro não alcançou o quórum de 10% dos filiados: votaram 3.679 filiados (parcial), sendo que o quórum era de 5.300. Entretanto, a participação na prévia foi superior à do plebiscito sobre sistema de governo, em 14 de março, quando votaram 3.800 cariocas (quando se concluírem as apurações da prévia de 3 de outubro, este número deve ser superado).

Na capital, onde também não se conseguiu o quórum (votaram 1773 petistas, quando seriam necessários 2700), deve-se levar em conta que o Diretório Municipal era favorável ao adiamento da prévia; somente após o Diretório Estadual ter derrotado o recurso é que se começou a mobilização.

Dos 3.697 votantes, 2.683 escolheram Wladimir Palmeira, 777 votaram em Milton Temer, 138 votaram em branco e 99 votaram nulo. Diante deste re-

sultado, talvez Milton Temer abra mão de seu direito de disputar a indicação no Encontro do próximo ano. Entretanto, há outra variável: a posição do vereador Jorge Bittar, que as pesquisas de opinião têm indicado como forte candidato ao governo do estado.

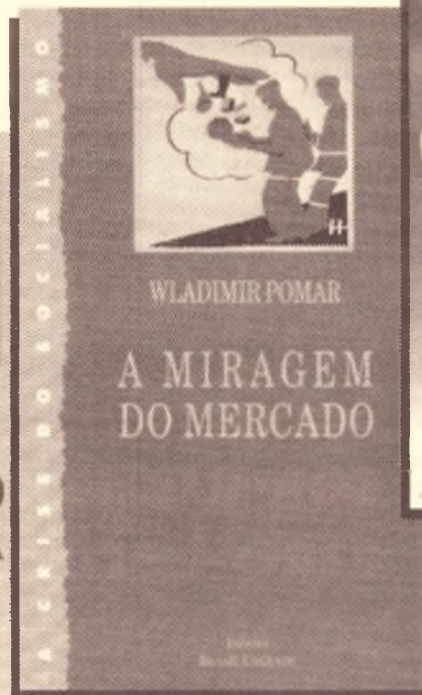
Entrevistado por Brasil Agora, Bittar declarou que o resultado da prévia mostra que Wladimir Palmeira expressa, neste momento, de maneira clara e inquestionável, a vontade majoritária do partido. "Nesse sentido, ele é neste momento o candidato que o partido apresenta à sociedade. Evidentemente, a consolidação de seu nome, até a convenção de abril, dependerá do espaço que ele conquistar junto a sociedade e aos demais partidos com os quais o PT pretende fazer alianças, no Rio e nacionalmente. Quanto a mim, meu desejo pessoal é de não ser candidato."

V.P.

VALTER POMAR

RASGANDO A CORTINA

Discute a experiência do socialismo construído nos países do Leste Europeu, numa tentativa de compreender as razões do seu fracasso. (CR\$ 700,00)



O ENIGMA CHINÊS

O livro mais completo sobre a China até hoje publicado no Brasil dá as pistas para entender as contradições do País do Meio. (CR\$ 2.700,00)

A MIRAGEM DO MERCADO

É uma análise do processo de reestruturação do capitalismo naqueles países, suas contradições, seus limites e seus mitos. (CR\$ 700,00)

VENDA DIRETA DO AUTOR PARA O LEITOR.

PREENCHA O CUPOM E ENVIE-O JUNTAMENTE COM SEU CHEQUE NOMINAL E CRUZADO A FAVOR DE WLADIMIR POMAR (RUA DR. SENG, 287/91 - CEP 01331 - SÃO PAULO - SP). VOCÊ RECEBERÁ OS LIVROS EM SUA CASA, POR CORREIO, REMESSA REGISTRADA.

Sr. Wladimir Pomar, peço que me envie exemplares de "Rasgando a Cortina", exemplares de "A miragem do mercado" e exemplares de "O Enigma Chinês".

Nome:

Endereço:

Cidade:

UF Cep:

TRÊS POSTULAM

Em Goiás, há três candidatos às prévias de 15 de novembro: Athos Pereira, funcionário público do Legislativo, presidente do PT em Goiás de 1987 a 1990, candidato a senador em 1990; Luís Antonio, empresário na área de consórcios em Anápolis, filiado ao PT desde 1985, candidato a prefeito de Anápolis em 1988 (perdeu por mil votos), candidato a deputado federal em 1990; Ênio Brito, ligado ao movimento popular da periferia de Goiânia, filiado ao PT em 1992. A prévia será antecedida de debates em 14 cidades, o primeiro dos quais ocorreu no dia 10 de outubro, na cidade de Goiás. No Distrito Federal também há três pré-candidatos: Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB; Paulo Bica, professor da UnB; Carlos Saraiva e Saraiva, que foi candidato a governador nas eleições de 90.

PARANÁ

TRÊS CONSULTAS

Na última reunião do Diretório Regional do PT paranaense se decidiu que o PT procuraria os partidos de esquerda, o PSDB, o PMDB e o PDT, para discutir não só a questão de alianças, mas também possíveis ações políticas conjuntas. Ao mesmo tempo, a executiva estadual está consultando os deputados Pedro Tonelli, Edésio Passos e Ernani Pudell sobre sua disposição em concorrer ao governo do estado. Nos dias 6 e 7 de novembro, o Diretório Estadual do PT-Paraná volta a se reunir, para discutir a política de alianças e a realização de prévias.

SANTA CATARINA

TRÊS DESPONTAM

O PT catarinense está tentando reeditar a Frente Popular que disputou e venceu as eleições de 1992 em Florianópolis, integrada então pelos seguintes partidos: PT, PDT, PCdoB, PPS, PSDB, PV, PSB, MSR - Movimento Socialista Revolucionário. A composição desta frente encontra dificuldades junto ao PDT, que defende o apoio à candidatura de Paulo Afonso, ex-deputado estadual e ex-candidato a governador, em 1990, pelo PMDB. O PT está promovendo seis plenárias regionais, de caráter consultivo, onde têm despontado dois nomes: Vilson Santin, deputado estadual, e Afrânio Boppré, vice-prefeito de Florianópolis. Nos dias 6 e 7 reúne-se o Diretório Regional do PT catarinense para definir um nome



MAX SANTOS

A C O N T E C E NOS ESTADOS

que o PT apresentará como seu pré-candidato à Frente Popular. Na própria Frente desponta o nome de Jaison Barreto (PSDB), que em 1982 disputou o governo com o atual senador Amin.

ESPÍRITO SANTO

DEFININDO ALIANÇAS

Vitor Buaiz é o virtual candidato do PT, cujo nome deve ser oficializado por um Encontro Estadual em março de 1994. O PT já iniciou contatos com o PSB (foi feita uma reunião), o PCdoB (duas reuniões), com Roberto Valadão (presidente do PMDB capixaba), Max Mauro e Adelson Salvador (atualmente sem partido).

O quadro geral de candidaturas só vai se definir após 31 de janeiro, quando ocorrem as desincompati-

bilizações. O xadrez atual é movimentado pelas seguintes peças: o governador Albuíno Azeredo (PDT), que defende uma chapa encabeçada pelo prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, com Gerson Camata e Rose de Freitas disputando o Senado; os secretários estaduais de Transporte, Teodorico Ferraço, e da Fazenda, José Eugênio, que poderiam ser pré-candidatos indicados por Albuíno, caso a articulação anterior faça água; Max Mauro e Adelson Salvador (atual vice-governador), que discutem sua filiação no PSB, no PPS ou no PMN, e que podem vir a compor com o PT; e Paulo Hartung (PSDB), atual prefeito de Vitória, cujas ações mais recentes visam atingir a candidatura de Vitor Buaiz, através de uma CPI aberta na Câmara Municipal para investigar denúncias contra a administração democrática e popular de Vitória.

DÚVIDA É O VICE

Olívio Dutra, ex-prefeito de Porto Alegre, é o candidato do PT. Ainda não há discussões sobre quem será o vice, mas já se fala em João Paulo Bisol e Raul Pont como eventuais candidatos ao Senado. O PT está em plena campanha, já tendo aprovado o documento de diretrizes para a elaboração do programa estadual de governo. Já se discutem também as candidaturas proporcionais, onde o partido preocupa-se em compor uma chapa que dê conta da forte tendência à municipalização das eleições proporcionais (entre os atuais 5 deputados do PT na Assembléia Legislativa gaúcha, um chegou a fazer 90% de seus votos em um só município).

A direita gaúcha, apesar de seu espaço, solidez e inserção municipal, está com dificuldades de sustentar uma candidatura com chances de vitória. Entre os possíveis nomes do PPR está Luís Carlos Mandelli, ex-presidente da Fiergs, e Érico Ribeiro, candidato do PPR à prefeitura de Pelotas. Mesmo não indo para o segundo turno, o candidato da direita influenciaria bastante no resultado final.

O PDT continua enfrentando dificuldades. Há na Assembléia Legislativa uma CPI da corrupção que pode atingir o governador Alceu Collares. Este por sua vez quer realizar uma composição com o PMDB, mas para isso tem que superar a vontade dos três ou quatro pré-candidatos existentes no seu partido. Enquanto isto, a esquerda pedetista vem perdendo seu espaço interno, a começar pelas zonais de Porto Alegre, onde sempre foi maioria e agora teve cerca de 40% de votos.

O PSDB está para realizar uma convenção estadual onde os setores que defendem uma coligação com o PT tentarão se afirmar. Qualquer que seja o resultado, os tucanos enfrentarão outro complicador: como Alceu Collares pretende disputar o Senado, seu vice, que é do PSDB, assumirá o governo durante os meses da campanha eleitoral.

No PMDB, a maior novidade é o crescimento do setor quercista, a partir da influência do deputado Ibsen Pinheiro. E, é claro, o crescimento do ministro Antônio Brito, um coringa que tanto pode ser candidato à sucessão estadual quanto à nacional. A última pesquisa, realizada pelo Ibope, deu Brito na frente, com 30%, seguido de Olívio Dutra, com 24%. Mais animadora ainda é a força de Olívio na Grande Porto Alegre, que reúne 1/3 do eleitorado gaúcho: lá, o ex-prefeito chega a 60% das indicações de voto.

O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A **DISKSOM** produz equipamentos de qualidade para serem usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. O funcionamento é muito simples, funciona com a bateria do carro e você investe pouco e uma vez só.

720W DE POTÊNCIA, GABINETE, TOCA-FITA, EQUALIZADOR, MIXER, 2 MÓDULOS DE POTÊNCIA, MICROFONE, CAIXA INTEGRADA (4 SAÍDAS). PARA CARRO PASSEIO OU KOMBI.



CONVERSE CONOSCO

VADO OU VANESSA
FONE (011) 34.7244

DISK SOM

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO

RUA SILVEIRA MARTINS, 12 - CENTRO - SÃO PAULO/SP - FAX (011) 35.0717

Central está em gestação

A entidade deve unificar e garantir a pluralidade em todas as áreas de luta

"V em aí, em silêncio, o barulho da nova Central", este foi o título de um artigo publicado no **Jornal do Brasil**, na famosa coluna do Castello, assinada por Marcelo Pontes, em agosto deste ano. Dias depois, o concorrente **O Globo** publica: "PT e CUT organizam mais uma Central". As matérias dizem que o grande eixo da Central de Movimentos Populares vem a ser um braço a mais para fortalecer a candidatura Lula.

Os fatos mostram que a história não é bem assim. O Brasil, segundo a ONU, é o país que tem hoje o maior número de movimentos populares. A proposta de reunir os vários setores do movimento, como saúde, educação, sem-teto, movimento nacional de meninos e meninas de rua e outros, surgiu em 1989. Delá para cá, várias plenárias foram feitas para amadurecer a idéia e concretizar a central.

O 1º Congresso de Movimentos Populares acontecerá de 28 a 31 de outubro, em Belo Horizonte, no Mineirinho. O objetivo do Congresso é fundar a Central de Movimentos Populares. Até o momento foram realizadas plenárias específicas por movimento. Destas saíram os

delegados para os Encontros Estaduais e também para o Congresso, que contará com aproximadamente cerca de 1.500 pessoas.

ESTRATÉGIAS.

Com o tema "Reforma Urbana e Cidadania: eixos da luta", os movimentos traçaram algumas estratégias. No que diz respeito à reforma urbana, o que se pretende é que as conquistas avancem não só na democratização de uso e ocupação do solo, mas também na gestão democrática da cidade. Segundo o texto preparatório do Congresso, o movimento popular tem que estar inserido no planejamento de diferentes aspectos da cidade, como por exemplo definição de tarifas, controle e fiscalização da qualidade dos serviços e definição da localização de equipamentos públicos.

Já quanto à cidadania a proposta é discutir a posição da mulher, do negro, de homossexuais e de todos os discriminados, debater o desrespeito aos direitos humanos e a dominação vigente sobre as



Os sem-teto também estarão na central de movimentos populares

classes populares. A construção da cidadania, ainda de acordo com as resoluções preparatórias do Congresso, só pode ser obtida através da conquista de uma democracia radical. E o papel do Estado precisa ser revertido, para que ele passe a prestar serviços de acordo com os interesses da população.

O objetivo da Central é poder articular a luta dos vários movimentos, que hoje atuam isoladamente. Sem contudo deixar de compreender as diversas particularidades existentes e suas frentes de atuação.

A intenção é unificar e ao mesmo tempo garantir a plu-

ralidade dos movimentos. Não faz sentido a central ser vista como uma articulação da CUT ou um braço do PT. Uma pesquisa realizada na última plenária nacional, em outubro de 1990, em São Bernardo do Campo, mostrou que 67% dos participantes não tinham filiação a qualquer partido político. Dos filiados havia gente do PT, PPS, PCdoB, PMDB, PDT e PSB.

Agora o desafio está lançado: os participantes do Congresso vão formar uma coordenação que alcance a representatividade dos vários movimentos?

ADÉLIA CHAGAS

VIOLÊNCIA

Rio: praias sem pobres

Em vez de "briga de gangues", a agressão policial

"Violência policial e tentativa de agregar adolescentes e jovens pobres, impedindo o acesso deles às praias da Zona Sul, foram os ingredientes que provocaram dia 12, no Rio, o que a imprensa chamou, com alarde, de arrastão" e "briga de gangues" nas praias de Ipanema, Copacabana e Arpoador.

Desde o início da manhã, admitiu o **Globo**, "a PM tentou fazer uma 'filtragem' dos frequentadores das praias da Zona Sul". Barreiras de policiais detiveram os ônibus que chegavam às praias procedentes de bairros da periferia e regiões de favelas. Os passageiros eram revistados.

O clima de discriminação durou todo o dia. Por volta das 10h30 cerca de dez jovens que haviam percorrido uma hora e meia de ônibus entre Olaria e o Arpoador e improvisavam um pagode nessa praia foram importunados pela polícia. Seus instrumentos foram apreendidos, sob alegação de que o batuque poderia facilitar aglomerações e dar origem a "arrastões".

Nas proximidades do Posto 7, em Ipanema, a determinação da polícia era a mesma. Ainda pela manhã, um grupo de cerca de 40 jovens que se aglomerava

diante de uma rede de vôlei foi dissolvido a golpes de cacetetes por policiais.

As cenas de correria que aguçaram banhistas tiveram início por volta do meio dia, no Arpoador. Um princípio de tumulto entre adolescentes causou pânico na praia. Dois irmãos menores de idade foram detidos

e conduzidos para dependências policiais no Posto 7, em Ipanema.

REVOLTA. As prisões despertaram a revolta de boa parte dos banhistas pobres. Dezenas deles passaram a arremessar pedras, garrafas e cocos contra o posto policial. Foram dispersados com tiros para o alto. Uma banhista

que protestava levou um soco na boca, de um policial, e teve de ser socorrida no Hospital de Ipanema.

A polícia deteve arbitrariamente jovens com aparência de favelados ou suburbanos. Vinte e dois deles, moradores de Belford Roxo e da Pavuna, permaneceram presos até o fim da tarde na 12ª Delegacia Policial, por serem considerados "suspeitos". Só foram libertados quando o delegado constatou que, encerrado o dia, não havia sido registrada nenhuma queixa contra qualquer um deles.

Todos os jornais destacaram a confusão nas praias em matérias que minimizam e chegam a justificar a segregação contra os jovens pobres. Carregados de preconceitos, trataram as atitudes desses jovens como "shows de vandalismo". Chamaram de "gangues" suas "galeras" e procuraram vinculá-las às quadrilhas do Comando Vermelho e do Terceiro Comando.

Sobre a detenção durante todo o dia dos meninos de Belford Roxo e da Pavuna, o **Globo** chegou a dizer: "Os policiais da 12ª DP sabem como esfriar uma guerra entre gangues rivais".

HAMILTON CARDOSO

ANTONIO MARTINS

FLÁVIO AGUIAR

A cara vitória de Yeltsin

Para derrotar a oposição, o presidente russo teve que fazer muitas concessões.

O ÚLTIMO TEOCRATA. A encíclica papal "Veritatis Splendor" está sendo considerada o coroamento do curso conservador imprimido por João Paulo II à Igreja Católica. Ela exige obediência incondicional aos ditames do papa por parte de todos os católicos, afirmando que a autonomia da razão humana está subordinada às leis de Deus como ensinadas pela Igreja. A encíclica impõe um rígido modelo de comportamento sexual, reafirmando a proibição do controle da natalidade e condenando homossexualismo e o adultério, o sexo pré-marital e o aborto!

VATICANO. As investigações sobre corrupção na Itália estão atingindo a Cúria Romana. Os juízes concluíram que o Cardeal Angelini - amigo do ex-premiê Andreotti e responsável pela área de saúde da Santa Sé - e o bispo Cassisa também receberam propinas, respectivamente da indústria farmacêutica e de empreiteiras contratadas para obras de restauração de uma catedral.

SURRA NOS AMERICANOS. As tropas dos EUA que integram a missão da ONU na Somália (cinco dos trinta mil soldados estrangeiros no país) vem sofrendo vezes importantes nas mãos dos seguidores de Aideed. Em 3 de outubro 12 soldados norte-americanos morreram, 75 ficaram feridos e 6 estão desaparecidos depois de combates em Mogadíscio. Um piloto de helicóptero foi capturado e os corpos de soldados mortos foram arrastados pelas ruas de cidade por somalis. Mais dois americanos morreram no dia 7. O presidente Clinton está buscando uma saída honrosa para a situação; afirmou que dobrará o número de soldados dos EUA no país e ao mesmo tempo que até 31 de março todos serão retirados da Somália. Mais 1.700 soldados e cem blindados foram enviados "para proteger as tropas americanas" e um porta-aviões e 3.600 marines estão agora estacionados nas costas da região.

REELEIÇÃO DIFÍCIL. O resultado das eleições argentinas que renovaram 127 da 257 cadeiras na Câmara dos Deputados deram 41,5% dos votos para o Partido Justicialista e 30,5% para a União Cívica Radical de Alfonsín. Mesmo aumentando de 116 para 125 cadeiras, os peronistas não têm como atingir os 2/3 de votos necessários para alterar a Constituição e aprovar a cláusula de reeleição de Menem. O presidente pensa em chamar um plebiscito sobre o tema, para pressionar o parlamento. O ministro da economia Domingo Cavallo foi o grande derrotado das eleições, com a derrota dos peronistas para os radicais em Córdoba

340 MORTOS EM SRI LANKA. Choques entre tropas do Exército e guerrilheiros do grupo Tigres da Libertação de Tamil Ealam no norte do país deixaram um saldo de 175 rebeldes, 125 soldados e 40 civis mortos. A luta da minoria tamil já dura dez anos.

Na tarde de domingo, 3 de outubro, ativistas vinculados à maioria do parlamento russo desencadearam uma sublevação em Moscou. O Comitê dos Deputados do Povo tinha sido fechado pelo presidente Boris Yeltsin no dia 21 de setembro e sua sede, a "Casa Branca", estava cercada por tropas do Ministério do Interior, isolando 150 deputados e 600 apoiadores que aí permaneciam. A insurreição visava reverter a situação e restabelecer a autoridade do parlamento. Do ponto de vista estritamente formal, era um levantamento contra a tirania, uma iniciativa de defesa dos procedimentos democráticos estabelecidos, mas ele não foi visto dessa forma pela maioria da população russa, desconfiada daqueles que surgiam como os partidários da velha ordem.

Militantes dos grupos que apoiavam o presidente do legislativo, Ruslan Khasbulatov, e do ex-vice presidente Alexander Rustkoi (destituído por Yeltsin e empossado pelo parlamento como o novo presidente), romperam o cerco à "Casa Branca", tomaram o prédio da administração da prefeitura de Moscou e atacaram uma estação de televisão e a agência de notícias russa. Mas após uma hesitação que durou o resto do domingo, os militares sob as ordens do ministro da Defesa, general Pavel Grachev, decidiram intervir do lado de Yeltsin. No final da tarde de 2ª feira, dia 4, após a "Casa Branca" ser novamente cercada e atacada por tanques, Khasbulatov, Rustkoi e os milicianos que a defendiam tiveram que se render. Segundo os dados oficiais, os mortos chegaram a 180.

Yeltsin recebeu, durante a crise, apoio total dos governos ocidentais, inclusive do brasileiro. Foi também respaldado pelos governos dos demais países da Comunidade dos Estados Independentes. Desde o desbaratamento da rebelião, vigora em Moscou o estado de emergência. O presidente russo colocou na ilegalidade nove partidos, impôs a censura à imprensa (depois atenuada pela pressão internacional), demitiu dois governadores regionais e o procurador-geral, suspendeu o Tribunal Constitucional e dissolveu os legislativos regionais, recomendando que os executivos das 22 repúblicas da Federação fizessem o mesmo.

Yeltsin confirmou as eleições de um novo legislativo central, que passaria a ter duas câmaras, para o dia 12 de dezembro, segundo um sistema de voto distrital misto, e parece pretender realizar nesta data também um plebiscito para a aprovação de seu projeto de Constituição.

ILUSÕES FATAIS. "Jamais pensei que Yeltsin faria isso. Por que ninguém vem nos ajudar?" Este desabafo de Khasbulatov, citado por uma jornalista russa da agência Reuters, foi feito na 2ª feira, quando tropas leais ao presidente bombardeavam a "Casa Branca". Ele expõe com clareza a percepção equivocada da realidade e a superestimação de suas próprias forças que orientou os líderes da sublevação de Moscou.

A incompreensão da dinâmica política por parte dos líderes do parlamento - evidente depois da crise de março, quando Yeltsin tentou um golpe branco e foi obrigado a recuar - é um elemento central para entender porque eles foram perdendo espaço e o presidente avançando. Burocratas, eles perceberam e conduziram a disputa política em moldes estritamente burocráticos. As massas jamais estiveram presentes em seu cálculo político e em sua prática.

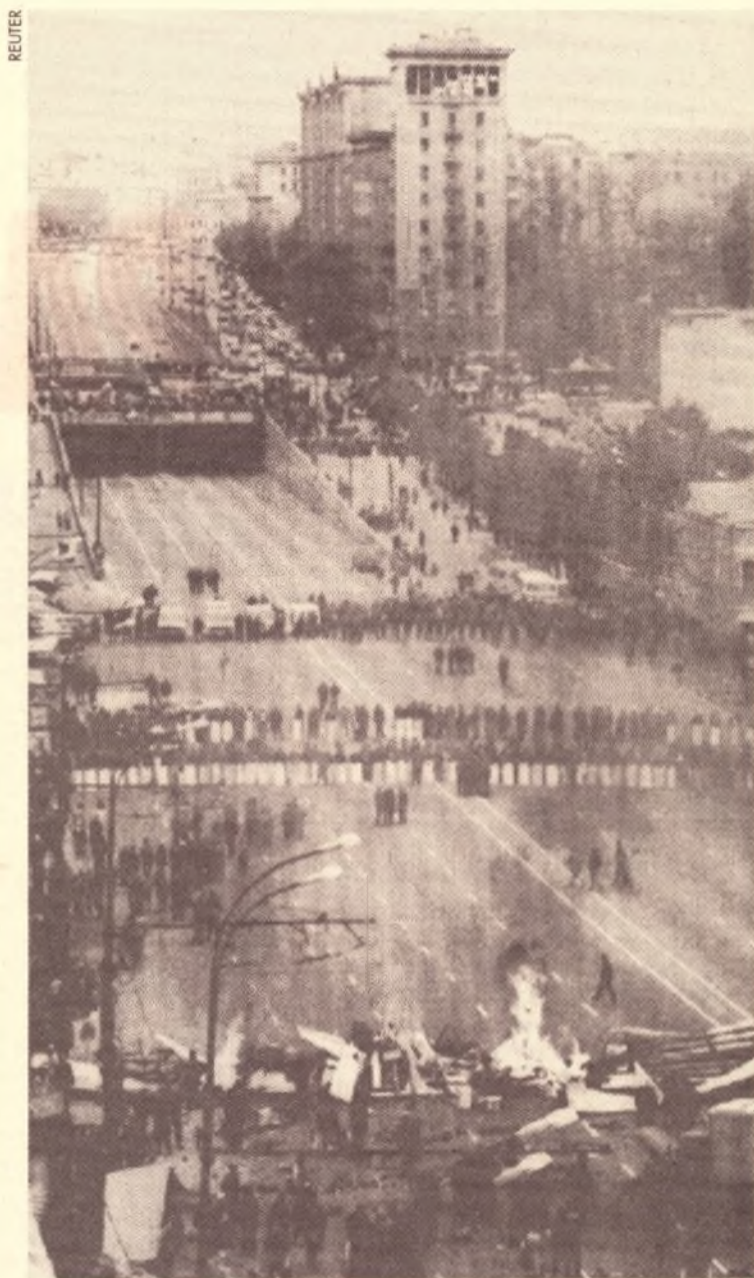
FALTA DE PROJETO. A precária sociedade civil formada durante a *perestroika* deixou de ser um agente político efetivo com o colapso do projeto de auto-reforma do regime, conduzido por Gorbachev, a partir do fracassado golpe estalinista de 1991, que levou Yeltsin ao poder. O cenário passou a ser ocupado pelos setores da burocracia favoráveis à restauração do capitalismo, liderado por gente como Yeltsin, Khasbulatov e Rustkoi, que galvanizou a intelectualidade.

Mas as disputas que emergiram no final de 1992 foram oponentes, de forma crescente, Yeltsin e seus apoiadores aos setores que representavam as instituições e a densa teia de relações de poder herdadas.

Mas igualmente importante para entender os conflitos ocorridos neste ano parece ser a perseverante busca, por parte de Yeltsin, do monopólio do poder e a resistência a isso de boa parte daqueles que ainda detinham posições importantes.

OS MILITARES. Yeltsin submeteu todos seus adversários abertos no centro da Federação Russa. Mas o preço que teve que pagar foi trazer os militares para a cena política. O não-envolvimento das Forças Armadas como corporação nas disputas políticas é uma prática longamente enraizada por setenta anos de domínio burocrático na Rússia. Os militares pretendiam manter-se neutros na disputa entre Yeltsin e o parlamento.

Na tarde de domingo, depois de ter eclodido a sublevação, o Alto Comando do exército debateu longamente se deveria ou não intervir na crise. Importantes generais defendiam a manutenção da



Barricada para enfrentar o Exército, em Moscou

neutralidade. Yeltsin só obteve uma resposta positiva a seus apelos de tropas do general Grachev no final da noite, num terceiro telefonema ao ministro. Apenas às quatro da manhã de 2ª feira foi anunciada a movimentação de duas unidades de paraquedistas.

O que motivou o alinhamento das Forças Armadas com Yeltsin parece ter sido a visão de defesa do Estado russo, aparentemente reforçada, segundo alguns analistas, por erros que teriam sido cometidos por Rustkoi, que parecia estar tentando dividir os militares e no domingo chamou as massas ao redor do parlamento a um assalto ao Kremlin, o que teria reforçado a imagem de anarquia.

O apoio dos militares a Yeltsin surge, assim, como condicionado e sujeito, a partir de agora, a uma negociação permanente. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional de 6 de outubro, Yeltsin já começou a pagar sua dívida com os militares, anunciando que o Conselho elaborará rapidamente uma nova doutrina militar, vital à definição da identidade e dos interesses da Rússia, exigência dos militares em torno de Grachev. Será interessante ver como Gaidar, novamente encarregado da área econômica, aplicará seu

programa de cortes de gastos sem confrontar-se com os militares e o complexo industrial a eles vinculado.

Yeltsin também não tem apoio popular ativo. Seu apelo baseia-se antes na desorganização social, na passividade política e em ser uma alternativa aos representantes da velha ordem. Os legislativos centrais, das repúblicas e das regiões - que serão eleitos em dezembro não serão necessariamente mais comprometidos com o programa econômico de Yeltsin.

Finalmente, o presidente da Federação tem que enfrentar a autonomização das repúblicas e regiões que compõem a Rússia. Três regiões já tinham se declarado repúblicas nos últimos meses. O apoio das estruturas de poder locais a Yeltsin será vendido muito caro. Como não há recursos para comprar o apoio dos militares, das regiões e ainda conduzir as reformas econômicas com o mínimo de respaldo popular, contradições agudas emergirão. Nada indica que a vitória de Yeltsin sobre seus adversários represente, pelo menos por agora, a constituição do Estado forte capaz de conduzir de maneira firme a transição ao capitalismo.

JOSÉ CORRÊA

ADEUS AO, PARAÍSO

Do que foge a América? Do tédio. E de uma coisa que a gente pode chamar de *complexo de onipotência (sic)*. No filme *O Fugitivo*, que arrasa bilheterias pelo mundo todo e dissemina doses cavalares de adrenalina nas platéias, a vida do Dr. Richard Kimble, antes de sua condenação, é chata demais. E é chata porque é superficial. O Dr. e sua esposa vivem em Chicago, quer dizer, em cima de um vulcão. Mas vivem entre saraus acadêmicos, convescotes de grandes companhias, tentando sinceramente divertir-se com o próprio tédio. A catástrofe arranca o doutorzinho dessa redoma e o joga na vida: vamos ver se ele consegue virar homem. Aí começam as complicações.

DUPLA IDENTIDADE. Na verdade o Dr. Kimble e o Inspetor Gerard, vividos respectivamente por Harrison Ford e por Tommy Lee Jones, são um só: como os clássicos Dr. Jekyll e Mr. Hyde, um é o duplo do outro, a outra face da mesma moeda. Não é verdade que apenas o investigador busca o fugitivo, que busca o criminoso. Na verdade ambos se buscam, num jogo de armadilhas em que sucessivas vezes um dia é da caça, outro do caçador. Gerard carrega consigo todos os sinais de uma impotência crônica: durão, obsessivo, incapaz de se envolver emocionalmente, uma carapaça física de autoproteção associada a uma carapaça psicológica onde o traço dominante é o *medo de ter medo*, o que provoca uma atitude de compensação cujo lema é, nas palavras do personagem, "eu não barganho".

Já o Dr. Kimble é o oposto disso. Cheio de bons sentimentos, mas tão ingênuo que beira a má fé, o Dr. aparece como o bom meninão norte-americano. Nada lhe é impossível, nada lhe é negado, tem uma mulher em casa e é chamarisco para outras e para bons negócios que se aproveitam da sua ingenuidade, e ele se aproveita dela. Crê nas instituições, e desse mundo vai tirando o seu, como adulto não crescido, onipotente, para quem o primeiro problema do universo é a garantia da sua mamadeira.

No caso, uma mamadeira bastante complexa, que envolve satisfações materiais sofisticadas e satisfações psicológicas de reconhecimento público de sua auto-imagem em doses tão cavalares quanto a adrenalina que o filme desperta na platéia. Ele é condenado menos pelas provas contra ele (aliás o sistema judiciário e policial de Chicago, se for como no filme, deve ser uma festa de incompetência) do que pela sua incapacidade em acreditar que os outros possam julgá-lo culpado. Na verdade, ele não se defende: ele repete a mesma história, esperando que os outros "despertem" e passem a acreditar nele e em sua "beleza interior" - já que a exterior é evidente. No complexo de dupla face, portanto, ele é o lado "onipotente", e o outro o "impo": Mas a chave da questão é que ambos, *oficial e consumidor*, são faces de uma coisa só.

AS MÁSCARAS DE ADÃO. O filme, portanto, gira em torno dessas duas máscaras que se perseguem e se amam. É um drama entre homens,



Como Adões sem Eva os personagens de O Fugitivo perseguem-se uns aos outros num mundo sem saída e pobre de esperança.

onde as mulheres são acessórios e acidentes de passagem. A grande matriz, a pátria americana, a sucedânea do paraíso terrestre, como a Inês de Camões, é morta. Eles, com sua incúria boboca ou a estupidez violenta e combatente, a mataram. Este novo Adão, que deveria ser o homem americano de acordo com seus mitos, agora descobre que emporcalhou o paraíso como um menino emporcalha a fralda, e foge de sua culpa. Na fuga, dissociam-se as máscaras do combatente e do con-

sumidor: é uma estratégia de não-reconhecimento, de não admitir a sua culpa no cartório. No final, as metades se encontram e se reconciliam, como garotos que descobrem que agora têm de cuidar de si. Final feliz? Não muito. A América por trás deles é um amontoado de destroços.

EO FILME? O filme de Andrew Davis consegue dar um tratamento sério e competente a este mal-estar da civilização norte-americana. À parte algumas falhas de enredo, e que em



geral se estruturam em torno de um tratamento pouco desenvolvido das personagens femininas, o filme é envolvente, cativante, com uma fotografia que, sem estardalhaço, consegue explorar uma multiplicidade de pontos de vista, sem exagerar nenhum deles. A trilha sonora, se não é muito original, não atrapalha. Em suma, um divertimento de primeira, que vale a entrada e a adrenalina.

Em relação ao seriado da TV da década de 60, de que é xará, há pelo menos uma inovação substantiva, fora, é claro, as de mudança de época e as da adaptação para o cinema. O Dr. Kimble dos anos 60 era um bom samaritano que ia resolvendo a vida das personagens nas cidades em que passava. A fuga-moldura era pretexto para este seu papel de *instaurador* de novas relações. Ele retomava de perto o mito dos heróis do faroeste - como o Shane de *Os brutos também amam* (em português). O fugitivo de hoje guarda este lado de bom samaritano, por fidelidade a seu ancestral, mas este é um lado acessório. A fuga e a perseguição tornaram-se a matéria-prima e primeira da trama, deixando seu papel de moldura de episódios.

O fugitivo de hoje é mais um *sobrevivente* do que um instaurador. Passageiro de um caos consentido, o objetivo de sua viagem é o respirar aliviado de que pode sobreviver na confusão. A transformação está no protagonista, que deixa de ser inocente, graças ao mundo que vê e a dor que experimenta. Empaticamente, este alívio é comunicado ao espectador pela distensão que se segue necessariamente à sucessão maciça de suspenses. O filme, enfim, é uma demonstração segura de que ainda temos muito o que aprender - tanto com o cinema norte-americano como com a observação crítica da violência daquela sociedade, e que é o sinal do quanto ela se sente traidora cotidiana dos ideais que acredita terem-lhe dado origem.

FLAVIO AGUIAR

O FUGITIVO (THE FUGITIVE).
ESTRÉIA NACIONAL. DIREÇÃO DE
ANDREW DAVIS. COM HARRISON FORD
E TOMMY LEE JONES.